



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: Seminário	Nº: 1.645/1 2	DATA: 28/11/2012
INÍCIO: 09h26min	TÉRMINO: 12h57min	DURAÇÃO: 03h31min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h17min	PÁGINAS: 51	QUARTOS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA - Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.
OSWALDO OLIVA NETO - Representante da Odebrecht Defesa e Tecnologia.
PABLO CELI DE LA TORRE - Vice-Diretor do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano da União de Nações Sul-Americanas.
EDUARDO SIQUEIRA BRICK - Engenheiro de produção e professor da Universidade Federal Fluminense — UFF.
MANOEL DOMINGOS - Presidente da Associação Brasileira dos Estudos de Defesa — ABED.
LUIZ CEZAR LOUREIRO DE AZEREDO - Diretor da Diretoria de Desenvolvimento Institucional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.

SUMÁRIO: Seminário *Estratégias de Defesa Nacional*.

Painel 1: *O entorno geoestratégico brasileiro: cooperação com a América do Sul e a África.*

Painel 2: *Defesa e sociedade: subsídios para a apreciação da proposta de Livro Branco de Defesa Nacional — LBDN, remetido ao Poder Legislativo.*

OBSERVAÇÕES

O roteiro da reunião não foi elaborado.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenção em espanhol com tradução simultânea para o inglês.
Há orador não identificado.
O seminário foi suspenso e reaberto.
Há palavras ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Bom dia, senhoras e senhores.

Gostaria de dar continuidade ao nosso seminário, que ontem teve uma brilhante abertura, *Desafios da Defesa Nacional*, palestra ministrada pelo Ministro da Defesa, Celso Amorim, além da presença dos representantes das três Forças, do Ministro da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos e demais convidados.

Chamo, então, o Deputado Vitor Paulo para coordenar os trabalhos desta manhã, cujo primeiro painel é *O entorno geoestratégico brasileiro: cooperação com a América do Sul e a África*.

Passo a palavra ao Deputado Vitor Paulo, para fazer a composição da Mesa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Muito obrigado, Sra. Presidente, Deputada Perpétua Almeida.

Bom dia a todos. É um prazer estar com todos os senhores.

Vou convidar para compor a Mesa os senhores palestrantes.

Convido o Prof. Francisco Carlos Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, meu Estado. Seja bem-vindo a este seminário. *(Palmas.)*

Convido o Coronel Oliva, da Odebrecht Defesa e Tecnologia. Seja bem-vindo *(Palmas.)*

Convido o Sr. Pablo Celi de La Torre, Vice-Diretor do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano da União de Nações Sul-Americanas. Seja bem-vindo. *(Palmas.) (Pausa.)*

Senhoras e senhores representantes do Corpo Diplomático aqui presentes, colegas Parlamentares, autoridades do Poder Executivo, profissionais da imprensa, representantes das universidades e centros de estudos, senhoras e senhores, dou início agora aos trabalhos do segundo dia do Seminário *Estratégias de Defesa Nacional*, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional desta Casa em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.

Honra-nos muito a Sra. Presidenta, Deputada Perpétua Almeida, que preside, com muita maestria, com muita competência, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Então, fico muito honrado, Sra. Presidenta, pela presença de V.Exa. neste seminário.



Senhoras e senhores, neste evento, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, dentre outros assuntos serão discutidos temas focados na cooperação internacional multirregional e multilateral, contribuindo para a inclusão mais significativa do cenário político e econômico internacional e a construção de caminhos onde a multipolaridade incrementa o processo democrático.

É muito importante, nas relações internacionais, ressaltar que o Brasil tem empenhado esforços para participar de forma contundente de ações de cooperação, seja em ações humanitárias de aprendizado, seja em tecnologias sociais, seja até mesmo em projetos estruturantes mais complexos e de maior impacto socioeconômico.

Reconhecemos a importância de tais ações, a exemplo do investimento de 23 milhões de dólares feito pelo Governo brasileiro para a criação da fábrica de medicamentos genéricos para tratamento da AIDS em Moçambique e da significativa participação do Brasil no Programa Ibero-Americano de Bancos de Leite Humano, que promove a implementação de bancos e países da África e da América Latina.

Apontamos apenas dois exemplos, dentre as diversas ações praticadas pelo Brasil, ressaltando que as mesmas são baseadas na incessante busca pelo compartilhamento do conhecimento dos casos de sucessos anteriores. Por exemplo, o diálogo entre a América Latina e a África será de grande importância para intensificar essas ações, e a cooperação brasileira se apresentará de forma destacada, tendo em vista que a atual conjuntura mundial não tem contribuído para a inserção de muitos dos países pobres nos mercados. Ao mesmo tempo, os países com maior capacidade de fornecer ajudas internacionais estão atuando de forma tímida, aumentando assim a nossa responsabilidade perante o cenário de cooperação internacional.

Senhoras e senhores, visando a alcançar com eficácia a tão almejada cooperação internacional, as autoridades brasileiras têm envidado esforços para desenvolver a indústria de defesa nacional compatível com a pujança econômica da Nação. No entanto, deve-se perceber o seguinte: o Brasil da década de 80 foi o 8º país no *ranking* orçamentário de defesa e, hoje, ocupa o 12º lugar, ao lado do Canadá, Austrália e Espanha. O País praticava uma política de defesa estável. Havia desrespeito e sucateamento do legado científico e industrial militar,



desarticulação entre Exército, Marinha e Aeronáutica, orçamento deficitário e falta de uma política industrial e científica de defesa.

De acordo com os números do Ministério da Defesa, o Brasil investe cerca de 30 milhões por ano em pesquisa e desenvolvimento para fins militares, valor que já é pequeno e ainda sujeito a contingentes orçamentários.

Nosso País já chegou a ser o oitavo maior exportador de equipamentos militares. No entanto, a redução e a volatilidade dos orçamentos de defesa, assim como os contingenciamentos orçamentários nos programas de compra das Forças Armadas, conduziram à situação que se encontra, em termos de defesa nacional. Com o fim da Guerra Fria e da União Soviética, o cenário mudou. O mundo desarmou-se e passou a vender equipamentos, o mercado tornou-se vendedor. Vale salientar que não é necessário apenas investir em novos equipamentos, deve-se pensar em uma estratégia de descarte dos equipamentos obsoletos, um excedente que pode acabar caindo nas mãos de grupos criminosos e de organizações terroristas.

Concluindo, Sra. Presidenta, senhoras e senhores participantes, cabe ainda lembrar que o Brasil já sofreu com boicotes de certificação de seus equipamentos e intensos *lobbies* junto aos organismos multilaterais e ao Ministério da Defesa para aumentar restrições ao comércio desses equipamentos. O tanque Osório, da ENGESA, o foguete Astros e alguns aviões da EMBRAER foram afetados nesse processo. Como resposta, o Governo optou por cortar subsídios para a indústria bélica. Esse procedimento, no entanto, não ocorreu nas principais economias que incentivaram o setor.

Ante o exposto, urge a necessidade de uma transição para produção e comercialização dos itens mais sofisticados.

Finalmente, essas questões e os novos desafios a enfrentar demandam a nova inserção nas ações de defesa e segurança. Em virtude do novo andamento da geopolítica mundial, deve-se apoiar a mudança do rumo nas estratégias de defesa brasileira. Parcerias e cooperações internacionais são caminhos democráticos, viáveis, e merecem os estímulos desta Casa e de todos os que compreendem a importância da defesa brasileira no atual cenário mundial.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, senhoras e senhores participantes. (*Palmas.*)



Dando prosseguimento a este seminário, vamos passar ao primeiro painel, *O entorno geoestratégico brasileiro: cooperação com a América do Sul e África.*

Todos os componentes já se encontram à mesa.

Passo a palavra ao primeiro palestrante, o ilustre Prof. Francisco Carlos Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. S.Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA - Bom dia.

Obrigado, Deputada Perpétua, pelo convite. Sinto-me honrado de estar mais uma vez na CREDEN. Peço desculpas ao público pelo tempo, pois terei de mudar bastante o esquema que havia pensado de apresentação, mas me coloco disponível, depois, por *e-mail*, para qualquer outra explicação.

Gostaria de me desculpar previamente, dizendo que eu vou falar de uma posição que é mais confortável para mim. Eu sou historiador e vou falar como historiador, um historiador especializado em questão militar, em que o meu grande campo de estudo é aquele que um teórico chamou de grande estratégia internacional. Portanto, não sou militar, não controlo terminologias, não controlo casos ou estudos específicos. É a fala de um historiador, e eu vou pedir aos senhores paciência para ouvirem um historiador.

Vou trabalhar aqui com 13 hipóteses de trabalho. Talvez dessas 13 hipóteses de trabalho, quatro ou cinco sejam teses, ou seja, tenham já uma comprovação empírica sustentável; as outras, não, são hipóteses de trabalho.

Vou passar várias coisas rapidamente — o material vai ficar à disposição dos senhores.

Eu diria que nós precisamos de um ponto de partida que funcione como um solo comum, um chão comum, um lugar de fala em que todos tenhamos concordância. Se nós não tivermos essa concordância inicial, tudo o mais que eu vou falar não terá nenhuma relevância.

Qual é o chão comum, qual é o elemento central, o ponto de partida, para que a gente possa conversar com os termos aceitos consensualmente? Um, a Guerra Fria acabou; a geopolítica, a estratégia e os mecanismos pensados durante a Guerra Fria, depois de 1991, do fim da União Soviética, e a desaparecimento dos dois grandes blocos concorrentes não têm mais significado para nós. Dois, há uma dificuldade prática para colocar o item 1, simples e geral, em prática. Três, continuamos estudando, pensando e utilizando manuais, textos e teorias e teóricos



da Guerra Fria. Quatro, o papel do Brasil na Guerra Fria era, na prática, irrelevante, se a guerra, que era a guerra possível, acontecesse.

Hoje, mais do que nunca, a guerra nuclear, atômica, geral, está bastante descartada. Podemos ter até acidentes, uso de material roubado, coisa parecida, mas a grande guerra está descartada. Ao contrário do que vários colegas meus pensam, isso não tornou o mundo mais pacífico; ao contrário, o risco da escalada atômica e da destruição geral, generalizada, era um dissuasor fundamental para os blocos que se enfrentavam.

Com a desapareção do risco — Klausevits diz que *“toda guerra tende ao seu extremo —, o que aconteceu? A guerra convencional interestatal, intraestatal, interestatal e intraestatal juntas, e intraestatal com intervenção estrangeira são muito mais possíveis do que eram antes. Portanto, os meios convencionais são de suma importância neste momento, ao contrário de alguma coisa vigente hoje nas academias de que o risco da guerra é baixo e novas ameaças que nada têm a ver com a guerra convencional são altas. Este é o chão comum. Isso, em si, já seria uma discussão imensa. Eu não posso fazê-la agora aos senhores. Vou pulá-la para a gente chegar às 13 teses que eu vou apresentar para os senhores.*

A primeira diz respeito ao espaço geopolítico do Brasil. O espaço geopolítico do Brasil é a América do Sul e suas projeções: o entorno da América do Sul, o Oceano Atlântico e suas projeções. Pensar diferente desse nicho estratégico é exigir do País meios hoje não disponíveis, hoje não capazes de ter uma resposta por parte do Brasil. Temos que nos concentrar no nosso espaço geopolítico.

O conceito — segunda hipótese — o conceito geopolítico de América Latina não nos interessa e não tem maior significado hoje para o Brasil. Ele foi cunhado pelo imperialismo francês no século XIX, para poder ocupar o México e outras áreas, e foi adotado pela diplomacia latino-americana em geral, deu ocasião a muitas festas, brindes, a muitos discursos dizendo tudo que nos une, mas que na verdade não une de maneira alguma a América Latina e não conseguiu de maneira alguma uma projeção e uma solidariedade clara nesse sentido de América Latina.

E, além de tudo, depois dos acordos do NAFTA e de livre comércio com o Caribe por parte dos Estados Unidos, restringiram-se imensamente os meios e as condições brasileiras de projeção na América Latina. Pelo menos um desses países, o maior e mais importante, por exemplo, o México, é radicalmente contrário aos



interesses fundamentais do Brasil, começando, por exemplo, pela reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Terceira.

O conceito geopolítico de hemisfério ocidental e de defesa hemisférica também é estranho hoje aos nossos interesses. Foi criado num momento em que a Europa se lançava numa guerra fratricida; foi criado primeiro para isolar-nos nessa guerra, e depois para seguirmos a potência hegemônica no continente. Esse conceito não tem uma vigência para os interesses brasileiros hoje. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca — TIAR é uma antiguidade que não tem o menor significado para a defesa do Brasil hoje, ou de nenhum outro país da América do Sul, e a Guerra das Malvinas comprovou claramente isso.

A cooperação com os Estados Unidos, bem vinda e importante, pode e deve ser feita em termos bilaterais, e não é necessário nada como o TIAR para que essa cooperação se realize. Mesmo na OEA, que depois dos anos 1960 foi aumentada de 16 ou de 17 países, a maioria dos quais com população menor do que a Avenida Nossa Senhora de Copacabana, no Rio de Janeiro, vota contrário aos interesses brasileiros e não tem maior significado para a defesa e a garantia dos interesses brasileiros. Honduras e, agora, o caso do Paraguai são exemplos nos quais a política brasileira é sistematicamente derrotada no âmbito da OEA. Além de tudo, desses novos países, 17 reconhecem Taiwan com China, criando sérios problemas de relacionamento do Brasil com seu principal parceiro atualmente, a China.

Quarta hipótese.

O Brasil não possui hoje — quarta hipótese de trabalho —, nas suas fronteiras terrestres, uma questão de defesa. Não temos ameaça de defesa nas nossas fronteiras. Não temos questões de conflito com nenhum país vizinho, amigo, fronteiriço, nem com uma coligação de países fronteiriços em relação ao Brasil. Na verdade, senhores, o Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto fizeram uma revolução diplomática e estratégica no continente, que revogou 400 anos de história, em que nosso cenário de conflito era o Prata, onde travamos as nossas piores e mais duras guerras. O Prata foi o cenário principal.

Na verdade, eu diria que não revogamos 400 anos de história, revogamos mil anos de História, porque Portugal e Espanha brigavam nas suas fronteiras — Badajoz foi lá para eles o que a Colônia do Santíssimo Sacramento foi aqui para



nós. Quando esses dois países resolveram construir seus impérios, construíram impérios na América tão vizinhos como eles próprios eram na Europa, e herdamos isso. Chegamos a um risco de guerra elevadíssimo no começo dos anos 80, no Prata. Os planos argentinos foram publicados agora. Esse risco desapareceu para grande felicidade do Brasil e da Argentina. Revogamos 400 anos de história. Se não tivesse outros méritos o MERCOSUL, esse já seria um grande mérito.

Ainda nessa quarta hipótese, o Brasil realizou, querendo ou não, sabendo ou não, planejando ou não, o que nós podemos chamar de uma dissuasão por volume. Não há risco de defesa decorrente da ação dos nossos países vizinhos. A capacidade brasileira industrial, tecnológica, financeira, o diferencial entre o Brasil e seus vizinhos resultou num fantástico movimento de dissuasão. Mesmo que não tenhamos tido questões, houve dissuasão por volume, inesperada, que acabou acontecendo nesse sentido.

Ainda dentro da quarta hipótese, temos, sim — e os senhores podem questionar isso —, problemas de segurança nas vastas fronteiras com os nossos vizinhos. Mas temos que ter clareza na distinção entre o que é segurança e o que é defesa, inclusive no *dégradé* complexo e flexível entre segurança e defesa. Se estamos falando em defesa, temos que abandonar as noções de Guerra Fria, de segurança e passarmos a pensar em defesa objetivamente.

Quinta hipótese de trabalho.

Devemos ter clareza nesses conceitos. Se esses conceitos não forem discutidos e aclarados, não teremos como fazer qualquer planejamento, porque estaremos confundindo uma esfera de ação com a outra.

Temos também que ter extremo cuidado para que nosso conceito de defesa não seja contaminado por conceitos não produzidos dentro dos organismos, das entidades, das sociedades, das universidades, das forças brasileiras. Não podemos adotar um conceito de defesa que não seja brasileiro e que não seja para o nosso entorno estratégico, a América do Sul.

Nesse sentido, segurança deve ser encarada, e o Governo brasileiro e as forças brasileiras têm feito isso nesse *dégradé* que coloca entre segurança específica e defesa aquilo que, nas grandes democracias modernas, se chama “força de terceiro tipo”, para evitar a transformação das Forças Armadas em forças de polícia. A função das Forças Armadas não é ser polícia. As forças de terceiro



tipo, a nossa Força Nacional, deram provas de eficiência e eficácia, por exemplo, no caso do Rio de Janeiro. Quando necessário, de forma pontual, cirúrgica, houve a atuação das Forças Armadas. Apenas deu errado, apenas houve maus resultados quando se tentou estabelecer e manter as Forças Armadas numa função que não era a sua.

Ainda dentro da quinta hipótese, as experiências da Colômbia e do México, onde se militarizaram questões de polícia, são exemplos que devem ser examinados com cuidado. Por sinal, dois oficiais fazem tese de doutorado sobre isso comigo. É o caso em que, aceitando doutrinas exógenas, as Forças Armadas foram levadas para ações policiais e não deram resultado, não conseguiram. O México se encontra num impasse sangrento, e a Colômbia, enfim, resolveu negociar com aqueles com quem ela dizia que não negociava.

Sexta hipótese.

Temos que ter a clareza de que, nesse *dégradé*, as Forças Armadas têm um papel fundamental, sim, em segurança, mas um papel ligado a treinamento, logística, inteligência — todas as condições de controle e de inteligência que tem uma sociedade moderna. Não cabe a ela patrulhar ruas, patrulhar comunidades populares ou agir dessa forma.

Sétima hipótese.

Há uma inclinação que me parece — quero pedir desculpas ao meu querido Almirante, mas já conversamos tanto sobre isso — exagerada, errônea de transformar as Forças Armadas brasileiras tanto em força de polícia quanto em força de paz internacional.

Senhores, já fizemos isso, não é preciso fazer mais. As forças de paz têm de ser, cada vez mais, compostas por policiais, por bombeiros, por professores, por médicos, por dentistas, por veterinários, por agrônomos, cuja segurança, sem dúvida nenhuma, caberá a corpos militares. Mas não cabe aos corpos militares fazerem isso. Não podemos apanhar o que temos de melhor e transformar o martelo do Brasil, que já é um martelo limitado, numa força de ação social ou voltar essa força para ações antidistúrbios, voltando a confundir defesa com segurança.

No interior das Forças Armadas já há um movimento de jovens capacidades — de cabos a jovens oficiais — de preferência por ações de força de paz, em detrimento das funções precípuas. Este é um risco.



Temos que assumir claramente a necessidade, e aí vamos para a oitava hipótese, de compartilhar com nossos vizinhos da UNASUL e do MERCOSUL, que têm larga responsabilidade e experiência com forças de paz, distribuir essas tarefas com uma bandeira única, a bandeira da UNASUL, dividindo essas atribuições — não tem sentido haver uruguaios, argentinos e brasileiros separados na mesma região — e, com isso, facilitar e incentivar a formação dos *clusters* industriais múltiplos de defesa no continente.

Um paradoxo: eu disse aos senhores que não temos inimigos, que exageramos nas forças de paz, que precisamos de uma bandeira comum, que não temos que ser polícia. Então, para que Forças Armadas? Para que isso precisa acontecer? Por uma questão simples: o risco de defesa do Brasil e do continente não ocorre dentro do nicho sul-americano; ele é externo, ele vem de fora.

Coisas maravilhosas que nós temos, o excelente material humano que nós temos — daqueles que atuam na guerra na selva até os nossos paraquedistas e os que atuam na Caatinga —, são, senhores, o plano B. Eles só entrarão em combate quando nós tivermos sido derrotados por uma força aeronaval superior que se aproximar do litoral da América do Sul.

Precedentes externos são uma coleção histórica, da invasão e da ocupação do México pela França até a Guerra das Malvinas. É uma ameaça superior vinda de fora pelo mar.

Décima hipótese.

As áreas de vulnerabilidade brasileira são, evidentemente, a Amazônia Verde e a Amazônia Azul — é nisso que temos que pensar. O MERCOSUL e o Tratado de Ouro Preto nos libertaram de um peso fantástico. O cenário platino deixou de ser um cenário de risco. Conseguimos inclusive transferir unidades para a Amazônia. Este é um ato revolucionário na formulação estratégica brasileira. Não teríamos meios para um cenário no Prata, um cenário no Atlântico, um cenário na Amazônia; mal temos, se temos, para as duas Amazônias. É aqui que devem ser concentrados todos os esforços nesse sentido.

Décima primeira hipótese.

O risco de defesa se daria através de uma ação aeronaval. Isso implica que nós teríamos que ter os meios e as condições de impedir que uma força aeronaval



se aproxime 500 quilômetros do litoral brasileiro com objetivos hostis ao nosso território.

Nesse sentido, não precisamos, de maneira alguma, desenvolver capacidades que sejam comparáveis, evidentemente não aos Estados Unidos, mas à Austrália, à Espanha, à Itália neste momento. Com muita clareza — eu não sei dizer isso aos senhores, os senhores são os especialistas, são os engenheiros e são os militares —, nós precisamos daquilo que poderíamos chamar a doutrina do escorpião. Um escorpião não mata um elefante, mas sua picada dói às pampas. Qual é o tamanho do ferrão e o tamanho da dor dissuasória que poderíamos infligir a uma força que se aproxime, hostil, do território brasileiro? Temos que pensar com clareza.

Só para a gente ter um exemplo, a China decidiu, no seu 18º congresso, no seu plano militar, que o principal risco é uma força-tarefa que chegaria pelo mar. O objetivo é manter essa força-tarefa a 700 quilômetros do litoral chinês, até para, se for o caso — o que decididamente ela não quer —, ela resolver o problema de Taiwan sem a intervenção estrangeira, fato consumado quando essa força-tarefa puder se aproximar. Nesse caso, os chineses pensaram em balística e pensaram em forças de submarino. Esse é o caso chinês. Mas é fundamental pensar nessas condições.

Décima terceira hipótese. Para além do desenvolvimento de um ferrão capaz de causar dor, nós precisamos garantir, na área diplomática, o fortalecimento de todas as instituições regionais, de todas as instituições de cooperação, para que se evitem conflitos entre os nossos vizinhos. Não entre nossos vizinhos e nós — no caso desses, não há essa possibilidade —, mas entre os nossos vizinhos. Conflitos entre os nossos vizinhos chamarão potências externas para dentro do continente.

Temos que recusar, de forma resoluta, a presença de bases, tropas ou qualquer equipamento militar de potências externas ao nicho sul-americano e temos que desenvolver relações harmoniosas e cooperativas com todos os países do entorno.

Para discorrer sobre essas ideias, eu fui extremamente resumido, para respeitar o tempo da Mesa. Essas ideias foram publicadas agora pelos nossos amigos Sílvio Filho e Rodrigo Moraes, no livro *Defesa Nacional*, lançado na semana



retrasada na ECEME. Eu escrevi uma parte desse livro, com o meu aluno Daniel, sobre riscos na América do Sul.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Muito obrigado pela brilhante palestra, ilustre Prof. Francisco Carlos Teixeira.

Quero registrar a presença da nobre Deputada Janete Rocha Pietá, do PT de São Paulo. Seja muito bem-vinda entre nós. Muito obrigado pela presença.

Passo a palavra ao segundo palestrante deste painel, o Sr. Coronel Oliva, da Odebrecht Defesa e Tecnologia. S.Sa. dispõe de 20 minutos para a sua exposição.

O SR. OSWALDO OLIVA NETO - Exma. Sra. Deputada Perpétua Almeida, Exmo. Sr. Deputado Vitor Paulo, ilustríssimos Profs. Pablo de la Torre e Francisco Carlos Teixeira, eu estou representando o Presidente da Odebrecht Defesa e Tecnologia, que foi acometido de um problema de saúde ontem à noite e pediu que eu o representasse. Nesta apresentação, vai ser colocado um trabalho executado por ele, e nós fomos convidados a participar deste debate porque ele detém muita experiência e muito conhecimento no trato dos assuntos com a África, uma das áreas subordinadas a ele dentro do Grupo Odebrecht antes de ele assumir a Odebrecht Defesa e Tecnologia. Portanto, diferentemente do Prof. Francisco Carlos Teixeira, o foco desta apresentação da Odebrecht é mais para a África.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Gostaríamos de deixar dois conceitos claros de geopolítica e de geoestratégia, até de geopolítica e estratégia, em que o importante é saber em que nível político eu desejo tratar os assuntos de Defesa e, estabelecido esse nível político, que estratégias serão utilizadas para que a gente possa conquistar e manter esses objetivos políticos? Então, “o que fazer” é a estratégia, e “como fazer” eu busco na geopolítica.

Antes de tratarmos da África, existem alguns aspectos condicionantes da defesa no Brasil que devem ser considerados para essa análise da África. Aqui já não estamos fazendo uma análise acadêmica, estamos fazendo uma análise mais pragmática. Então, esses aspectos relevantes da legislação brasileira, da cultura brasileira, de iniciativas brasileiras devem ser considerados para tratarmos desse entorno estratégico no Brasil, particularmente, da África.



Este eslaide sai da Estratégia Nacional de Defesa. Ele foca alguns conceitos muito interessantes. Primeiro, da inter-relação do projeto de defesa com o projeto de desenvolvimento, o que torna claro alguns impactos que a defesa tem no desenvolvimento nacional e que o desenvolvimento nacional tem sobre a Defesa. É uma relação de duas forças.

A estratégia de defesa é inseparável da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. É outro conceito importante para que a gente não pense que o assunto “defesa” é tratado exclusivamente no ramo da defesa, o de desenvolvimento em outro Ministério, em outra área do Governo. Não. Isso é um assunto único dentro do País.

Foram estabelecidos três grandes eixos de atuação na Estratégia Nacional de Defesa: a reorganização das Forças Armadas; a reestruturação das indústrias de defesa e uma política relacionada aos efetivos e ao serviço militar.

Que características são essas brasileiras que têm impacto sobre uma análise geoestratégica, com relação à África?

Um dos três eixos estruturantes da Estratégia Nacional de Defesa é a reorganização das empresas de defesa. No Brasil, nós não temos deficiências exclusivamente nas Forças Armadas, temos deficiências nas empresas de defesa no mesmo nível.

A distância que as Forças Armadas hoje possuem de uma demanda ideal de equipamentos e de serviços acontece também nas empresas.

A sustentabilidade de longo prazo das empresas está intimamente ligada à estatura político-estratégica das Forças Armadas, que está intimamente ligada à projeção do Brasil como uma Nação. Então, nós não vamos tratar do assunto “defesa” de uma forma desconectada da posição brasileira no Conselho das Nações, da estatura político-estratégica das Forças Armadas e, por sua vez, das próprias empresas de defesa, que deverão atender a algumas demandas, a alguns desafios que se apresentam.

Historicamente, as empresas de defesa foram migrando de um conceito inicialmente estatal — as primeiras empresas de defesa o Brasil, que começam inclusive com a vinda de D. João VI para o Brasil, são totalmente estatais, nas mãos do Governo — para uma situação intermediária na década de 70. E vimos empresas



como a ENGESA e a AVIBRAS sendo criadas e compartilhando dessa responsabilidade que até àquele momento era estatal.

E mais modernamente, com a Estratégia Nacional de Defesa, passa a haver uma prioridade bem clara para que os produtos e serviços sejam desenvolvidos por empresas privadas e para que a operação das Forças Armadas fique voltada para a sua atividade-fim.

Há uma característica desse segmento de defesa: para que a gente possa gerar inovação, para que a gente possa chegar a um nível de produtividade adequado, as Forças Armadas vão ter que se desenvolver, e o País vai ter que se desenvolver. Hoje nós temos um processo em que a Nação já deu um salto de qualidade em seu desenvolvimento e as Forças Armadas e as empresas de defesa estão procurando acompanhar essa evolução.

Um sistema adequado de defesa — e aí se inserem as empresas — é uma fusão virtuosa de relações e decisões de Governo com relações e decisões de empresa (a Estratégia Nacional de Defesa, inclusive, coloca isso como base fundamental); da necessidade militar mais a capacidade empresarial (estamos vendo as dificuldades que estamos tendo que enfrentar para atendermos algumas demandas que já estão inclusive em execução); e da tecnologia existente no Brasil, com a busca de novas tecnologias na fronteira mundial.

Qual seria o objetivo geopolítico para a defesa no Brasil? O que nós faríamos? E por que isso tem impacto na nossa situação e no reflexo da análise no dia de hoje? Basicamente, como disse o Prof. Francisco Teixeira, as Forças Armadas visam garantir o Estado, garantir a Nação. Essa é a finalidade precípua das Forças Armadas. Se interpretarmos o artigo da Constituição que estabelece a missão das Forças Armadas, vamos ver que é basicamente garantir o Estado.

E a política de defesa sofre influências políticas e geográficas. Temos que considerar que uma política de defesa em um pequeno Estado insular é completamente diferente da defesa de um país continental. Então, os aspectos geográficos e os aspectos políticos têm, sim, um impacto muito grande no modelo de defesa daquela nação.

Pinçando alguns trechos da Estratégia Nacional de Defesa, um deles diz o seguinte: *“Estimular a integração da América do Sul. E essa integração contribuirá*



para a defesa do Brasil e possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa”.

Isso está dizendo o seguinte: nós temos a cooperação para o nosso entorno, já está estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa. Não é um diletantismo acadêmico e não é uma vontade de terceiros; isso está estabelecido no documento de Estratégia Nacional de Defesa, que no momento é o documento básico em que o Brasil pauta toda a sua evolução nessa área.

E outro trecho diz: *“Capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia tecnológica indispensável à defesa”.* Aqui se está estabelecendo o seguinte: a empresa tem que trabalhar com mercado e tecnologia. Se esses dois insumos da defesa não tiverem disponíveis, essas empresas não vão vingar, essas empresas não irão para frente.

E nós temos um histórico no Brasil, quando começam a migrar as empresas de defesa do conceito estatal para o privado, empresas que ficaram no meio do caminho — e uma grande quantidade de empresas importantes — porque mercado e tecnologia estavam dissociados do conceito, da gestão e dos objetivos dessas empresas.

Quais são os benefícios da cooperação com o nosso entorno, já que nós estamos considerando como um fator a ser considerado? A cooperação atende aos aspectos geopolíticos e geoestratégicos da defesa e aumenta a nossa capacidade regional de defesa.

Como disse o Prof. Francisco Teixeira, a principal ameaça é um desembarque aeronaval. *Grosso modo*, poderíamos considerar a América do Sul como uma ilha, como uma região cercada de mar por todos os lados. Não há lógica, não se concebe, se tivermos um conceito do entorno estratégico estabelecido, a vinda de uma força terrestre pelo solo. Ela vai ter que ser deslocada por navios, vai ter que ser apoiada por aviões e vai ter que fazer um desembarque numa praia qualquer sul-americana. Então, se tivermos esse conceito bem estabelecido, a nossa Defesa ficará bem mais fortalecida.

Essa cooperação contribui para o desenvolvimento de uma doutrina militar comum. O que estamos considerando como doutrina militar comum? São grandes linhas doutrinárias para as Forças Armadas desses países do nosso entorno, doutrinas comuns à região sul-americana, latino-americana, porque isso tem um



impacto não só no campo operacional, como também no campo das empresas. Aumentamos o mercado e a viabilidade dessas empresas.

Essa integração regional permite a ampliação do desenvolvimento, permite a criação de empregos de qualidade e a conquista de tecnologia de ponta. Embora estejamos falando do processo de defesa, nós temos que considerar como insumo decorrente importante o tipo de serviço que é produzido pela empresa de defesa: são postos de trabalho de alta especialização, com remuneração muito adequada e que têm impacto no desenvolvimento nacional.

A consolidação do princípio de cooperação pode resultar na elevação da posição do Brasil e de seu entorno estratégico no conserto das nações internacionais; fortalecer a capacidade de defesa regional; consolidar as empresas de defesa; ampliar o domínio da tecnologia sensível e universalizar a condução pacífica das crises entre as nações.

Também plagiando o que disse o nosso professor, o Brasil tem, em sua cultura, a tradição de resolver os problemas de forma pacífica.

Se nós estamos considerando que a cooperação vai levar até mais à frente à humanização ou à padronização doutrinária, este conceito será transmitido para toda essa região. Em vez de decidirmos imediatamente pela força, haverá um processo de negociação que, muitas vezes, resulta em fatos positivos, em um caminho positivo, o que beneficia todas as nações envolvidas.

Senhoras e senhores, vejam o seguinte: essas palestras foram feitas por duas pessoas sem contato nenhum uma com a outra — o Prof. Francisco e Luiz Rocha — e os conceitos, tanto na área acadêmica, como na área empresarial, batem nos aspectos principais, nos aspectos mais importantes desse conceito da importância do entorno estratégico para a Defesa no Brasil.

Aqui seria a grande contribuição do Luiz Rocha, que tem a *expertise* de trabalhar com vários países da África dentro do Grupo Odebrecht, há mais de 30 anos com empresas permanentes em vários países da África, e eu vou tentar passar algumas ideias, alguns conceitos que ele, com muito mais brilhantismo, com muito mais *expertise*, deveria estar fazendo neste momento.

Ambiente atual e prospecções futuras em relação à África.

No primeiro, a África ficou à margem do processo de desenvolvimento mundial, de fatores que não nos cabe neste momento analisar, mas ela ficou à



margem disso. O que aconteceu com este fato que, aparentemente, até o momento, era um fato muito negativo? Ela tornou-se a última grande fronteira mundial. Ela é abundante em recursos naturais, abundante em energia, e poderá ser um grande celeiro em produção de alimentos no mundo. Então, o aspecto negativo do processo de evolução da África até os dias atuais a coloca numa posição de destaque dos dias atuais para a frente. Ela será e é a grande nova fronteira mundial.

Outro aspecto que devemos levar em consideração é que existe, por falta de amadurecimento e por erro dos colonizadores europeus, uma instabilidade política latente na África. Isto é um processo de amadurecimento — vão ocorrer mais alguns movimentos, vão ocorrer mais algumas atividades —, e ao longo do tempo isso vai se consolidando, os territórios vão se consolidando, passa a haver um maior respeito pelas populações que estão nessas áreas, e esses conflitos vão tender a diminuir. Este é um fato.

Este fato pode fazer com que nações exógenas queiram aproveitar aquele conflito e iniciar uma intervenção, iniciar uma aproximação, iniciar um domínio de uma região que está sob conflito. Então, o problema dos conflitos e da instabilidade política não se resume exclusivamente à dinâmica interna daquele conflito. Ela pode ser a geradora, ela pode ser a justificativa de uma intervenção estrangeira na África.

Por ter fronteira no Mediterrâneo e por ter sua fronteira leste próxima da Ásia, a cobiça desses dois grandes polos de poder mundial é natural. Então, vamos entender que, para o europeu, a África é logo ali depois do Mediterrâneo. Para a Índia e para a China, é logo ali do lado. Os 700 quilômetros da preocupação da China chegam à África. Ao contrário, nós não temos aqui no Brasil, nem na América Latina, esse conceito porque nós somos muito mais insulares do que a África é para a Europa e para a Ásia. Ela está muito próxima desses dois polos de poder e, por ser a última grande fronteira mundial inexplorada, a cobiça continua latente nessas duas áreas.

Quais são as vulnerabilidades potenciais desta África de hoje? Se os polos de poder asiático ou europeu intervierem na África, se florescer de forma diferente um conceito colonialista, nós passaremos a ter na nossa fronteira leste esses países. Vamos pensar se qualquer um país asiático resolve ampliar a sua base de acesso ao petróleo, a sua base de acesso ao petróleo, ou a sua base de acesso a bens minerais, ou a alimentos, ele passa a ser o país fronteiro com o Brasil no nosso



lado leste. Passaremos a ter uma disputa, potenciais conflitos no Atlântico Sul e estaríamos importando deste movimento, que nada tem a ver com o Brasil, conflitos decorrentes dessa posição, desses polos de poder.

Procurando manter os 20 minutos que me foram estabelecidos, como eu consolido esses objetivos geopolíticos? Creio, não deve haver muita discordância, muita dúvida para nós, aqui do Brasil. Precisamos ampliar a capacidade de defesa do Brasil, estendendo o conceito de cooperação militar e empresarial para o nosso entorno estratégico.

Como eu antecipo a estratégia para que esse objetivo possa ser efetivamente conquistado? Devo fortalecer a cooperação, potencializando o nosso diferencial. Se nós quisermos nos aproximar da África, não será com o discurso de países anteriormente colonialistas ou que procuram uma hegemonia mundial que teremos sucesso. O Brasil dispõe de um diferencial importante para poder se pôr à frente dessa iniciativa. A nossa cultura, a nossa miscigenação, a nossa forma afável de tratar os assuntos — os resultados, inclusive, podemos ver nas forças de paz do Haiti a relação que as forças brasileiras, Exército, Marinha e Aeronáutica, têm com a população local —, esse diferencial da cultura do povo brasileiro deve estar à frente desse processo de consolidação do entorno estratégico.

Temos também, para antecipar a conquista desse objetivo geopolítico, que antecipar e fomentar a atividade empresarial. As senhoras e os senhores sabem que a Odebrecht está em Angola há mais de 30 anos. Hoje, a empresa que tem a maior quantidade de angolanos com carteira de trabalho assinada em Angola é a Odebrecht. Isso estabelece uma relação com a população e com o Governo que ultrapassa iniciativas meramente conjunturais. Vai-se criando uma tradição, um vínculo, uma relação que facilita a absorção do entorno. Se nós quisermos realmente criar uma grande região, criar um conceito de defesa amplo que envolva o entorno estratégico africano e também o sul-americano, não vamos pensar exclusivamente sobre o segmento da Defesa, vamos pensar sobre uma aproximação mais ampla, onde aspectos culturais, econômicos, sociais e militares estarão sendo colocados à disposição desse país.

Nós vemos os entornos sul-americano e africano como um conceito geopolítico de consolidação da nossa defesa. Eles nos veem de forma diferente. Nós somos o primo rico que deu certo. Eles querem essa ascensão, essa



aproximação e esperam benefícios disso. Então, esse processo tem que ser mais amplo, e a experiência que a Odebrecht tem de atuar em mais de 20 países caracteriza isso no dia a dia. Quando chegamos com uma nação que não tem uma antiga tradição colonialista, com um povo que tem facilidade de relacionamento, onde os engenheiros, os mestres, os operários convivem naturalmente com a população e não estão cercados e isolados dessa população, as relações começam a ser diferentes, o que facilita muito a atividade política e as atividades decorrentes.

Então, a mensagem final que nós gostaríamos de deixar é exatamente essa: a consolidação de uma política do entorno que considere a América do Sul e a África deve ser muito mais como uma visão de Estado, muito mais como uma aproximação e uma relação de povos do que exclusivamente da Defesa. A Defesa será uma das maiores beneficiadas, mas ela precisa vir junto com outras iniciativas, para que não comecem a ver o Brasil como um novo colonialista. Se eu levar exclusivamente um assunto que só tem interesse ao Brasil, nós poderemos perder a mão nessa atividade, nessa aproximação. Se nós chegarmos como uma Nação que entende o conceito do entorno estratégico — e é um entorno onde todas as relações humanas, empresariais, políticas, educacionais estão contempladas —, a relação será diferente e o resultado será muito mais duradouro, perene, permanente.

Essas foram as principais ideias que o Luiz Rocha pediu que eu transmitisse aos senhores. Mais uma vez, peço-lhes desculpas em nome dele por não poder ter estado presente, o que ocorreu por conta de problemas de saúde que o acometeram ontem à noite.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vítor Paulo) - Muito obrigado, Coronel Oliva, representando a Odebrecht Defesa e Tecnologia. V.Sa. fez uma brilhante exposição para todos nós.

Quero aqui registrar a presença do Exmo. Sr. Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul, que abrilhanta nosso evento.

Muito obrigado, Deputado.

Quero, agora, passar a palavra ao último palestrante deste painel, o Sr. Pablo de la Torre, Vice-Diretor do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano da União de Nações Sul-Americanas. S.Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.



O SR. PABLO CELI DE LA TORRE - *(Exposição em espanhol.)*

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Quero agradecer ao Sr. Pablo de la Torre, Vice-Diretor do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano, a exposição.

Quero registrar a presença dos Deputados Claudio Cajado, do DEM da Bahia, e Emanuel Fernandes, do PSDB de São Paulo.

V.Exas. abrilhantam muito este evento da CREDN.

Passaremos agora a um breve período de debates.

Os expositores estarão aqui para responder às perguntas que as senhoras e senhores queiram fazer para cada um deles.

Vamos abrir as inscrições.

Levantem as mãos, por favor, e se identifiquem. Há uma jovem ali, com um microfone que chegará até os senhores.

Daqui a pouco, em breve tempo, vamos abrir o painel seguinte, já está aqui o coordenador do novo painel, o Deputado Claudio Cajado.

Passamos então para a primeira pergunta. Peço que se identifiquem junto ao microfone e digam qual é o palestrante que gostariam que respondesse a pergunta.

O SR. AFONSO - Sou o Prof. Afonso, da Universidade da Força Aérea. Pergunta para os expositores. Considerando os 13 pontos abordados pelo Prof. Teixeira e as questões de segurança e defesa evidenciados pelo Prof. Pablo de la Torre, a África está dentro deste contexto geoestratégico, segundo as condições desse seminário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Prof. Afonso, o senhor quer escolher um dos debatedores para responder ou fica a critério deles?

O SR. AFONSO - Fica a critério dos três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Qual dos três palestrantes gostaria de responder a pergunta?

Por favor, Coronel Oliva.

O SR. OSWALDO OLIVA NETO - Dentro da visão do seminário, o conceito geoestratégico estabelecido foi América do Sul e África. Então, no seminário, havia essa inclusão da África como entorno estratégico.



Independente da visão do seminário, eu creio que a África tem um peso relativo, lógico que não é o peso relativo que os países particularmente da América do Sul tem no contexto de defesa, mas pode ser a área mais vulnerável num futuro próximo.

Alguns movimentos de algumas nações asiáticas, com relação a iniciativas na África, tendem a sinalizar uma posição e uma permanência dessas nações no continente africano, levando para essa região interesses e idiosincrasias próprias destes polos de poder. Embora o seminário contemplasse as duas regiões como entorno estratégico, a América do Sul e a África, eu creio que há um acerto no seminário porque, a médio prazo, creio que o entorno estratégico africano poderá gerar mais conflitos, poderá gerar mais estabilidade do que o próprio entorno estratégico sul-americano.

Então, a nossa participação foi nesse sentido. Creio que a visão estabelecida pelo seminário está correta: o entorno estratégico sul-americano tem uma prioridade e tem um prazo de consolidação mais curto. Mas o entorno estratégico africano, particularmente da África Atlântica, é um problema que nós não poderíamos descuidar ou não desconsiderar na análise das nossas projeções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Muito obrigado, Coronel Oliva.

O próximo inscrito, por favor. Peço que se identifique e diga qual o palestrante que deve responder a sua pergunta.

O SR. FELIPE SALLES - Bom dia. Eu sou Felipe Salles, editor da revista *Base Militar*. Eu tenho uma curiosidade. Queria a opinião do Prof. Francisco sobre um comentário que ele fez a respeito, digamos, da obsessão na nossa região de manter potências externas longe como forma de garantir a estabilidade da região. Vimos isso recentemente como o caso da tentativa de fazer bases americanas na Colômbia, que não aconteceu pela união da nossa região nesse sentido.

Se olharmos agora a participação do Brasil em direção à África, quão próximos estamos de conseguir esse tipo de processo na África e quão mais difícil pode ser tentar manter esse mesmo grau de independência que nós já conquistamos na América do Sul, dentro de um continente novo, de uma área nova na expansão de uma política nossa naquela direção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Prof. Francisco Teixeira, por favor.



O SR. FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA - Em primeiro lugar, eu diria não exatamente uma obsessão, mas seguindo o que parece bastante unânime, consensual na mesa, não nos interessa de maneira alguma na América do Sul instalações ou equipamentos ou ajudas militares estrangeiras aqui. Isso é um elemento perturbador, é um elemento desestabilizador e um elemento que perturba o processo de equilíbrio, consenso, cooperação.

Eu insisto na questão, inclusive, da formação de uma força de paz na sub-bandeira única da UNASUL como elemento fundamental de aprofundamento dessas relações de cooperação e de quebra dos exclusivismos.

No caso da África, eu tenho uma experiência bastante ampla. Desde a fundação, fui membro do Conselho do PROÁFRICA, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Ciência e Tecnologia, sediado no CNPq. Lamentavelmente, no último ano e meio, foi esvaziado profundamente esse conselho, que criou as medidas entre Moçambique, a fábrica de soros antiofídicos, o processo que nós estávamos de revisão dos programas educacionais de Angola e de Moçambique, a pedido desses governos. Infelizmente, isso não foi entendido atualmente e os recursos foram drasticamente cortados, o que considero um erro imenso do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Não tenho nenhuma ideia, nos países que eu conheço, de atividades militares ou presença militar brasileira, exceto no caso da Namíbia, onde a pedido daquele governo, nós ajudamos o desenvolvimento e a instalação de algumas plantas e equipamentos e treinamento. Inclusive, recebemos oficiais africanos das escolas militares brasileiras. Nesse sentido, é um elemento pacificador no ponto de que todos nós sabemos existe uma luta geoestratégica poderosa entre Angola e África do Sul naquele entorno, em busca de certa hegemonia e a presença do Brasil foi uma forma de a Namíbia se manter distante e autônoma da grande rivalidade entre África do Sul e Angola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Obrigado, professor.

Quero registrar a presença do nobre Deputado Roberto de Lucena, de São Paulo, que nos abrilhanta com a sua presença.

Eu quero consultar os nobres colegas, Deputados Emanuel Fernandes e Roberto de Lucena, se desejam fazer alguma pergunta aos senhores palestrantes. *(Pausa.)* Não? Mais algum inscrito? Há um senhor ali atrás.



(Não identificado) - Bom dia, a minha pergunta é mais específica ao representante da Odebrecht. Eu tenho lido em revista americana a forte presença da China na África e alguma coisa no Brasil da presença da China em Angola.

Como o senhor vê essa presença da China? Ela vai interferir nos nossos interesses na China ou se é fator preocupante para a nossa visão estratégica do continente africano?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Coronel Oliva, por favor.

O SR. OSWALDO OLIVA NETO - Esse foi um dos aspectos que o Luiz Rocha pediu para que eu destacasse: exatamente a forma e a permanência das iniciativas da China com relação a várias nações africanas, Angola, ou uma delas.

A China tem se aproximado de vários governos africanos, inclusive vários deles na Costa Atlântica com recursos e projetos, digamos, fechados. No caso de Angola, ele citou a construção de um hospital financiado pelo governo chinês. A China chegou com o projeto, com os recursos, construiu o hospital inteiro, mas ele não está em uso até hoje porque todos os manuais, todos os equipamentos, todas as máquinas estão em chinês e os angolanos não têm como traduzir os aspectos técnicos daquela documentação.

Mas existem iniciativas também na área do agronegócio. A China — e, no caso específico de Angola — tem financiado a construção, digamos que seja a palavra correta, de grandes fazendas produtoras de grão, ela chega também com os recursos, com o projeto e funcionários próprios, são todos chineses que trabalham naquela plantação, para produzir grãos, para produzir bens que deem segurança alimentar a China. Eles vão importar todos esses grãos, mas o caso da fazenda é muito típico. Ninguém investe numa fazenda de produção de grãos se a ideia não for permanecer *ad aeternum* naquela área.

As iniciativas que foram vistas pelo Luiz Cezar e os comentários que ele fez são de uma preocupação pela visão de permanência da China nessas regiões. Eles não estão indo para fazer um negócio. Eles estão indo para firmar uma posição, ocupar uma posição. Essas iniciativas todas são com funcionários, com mão de obra exclusivamente chinesa. Não há participação de outros países. Isso está ocorrendo em vários pontos da África, não só em Angola, mas em vários pontos da África. Então, ele vê isso como uma preocupação.



Na apresentação, evitamos inclusive nominar países. Uma reunião aqui no Congresso não é muito o caso, mas essas iniciativas estão se caracterizando. O Luís César identifica como uma vulnerabilidade estratégica a médio prazo, difícil de ser superada e difícil de ser neutralizada, porque, nos projetos chineses, os países só estão entrando com o território, o resto é tudo por conta da China. Ela faz o investimento, ela constrói, ela leva a mão de obra, ela começa a produzir e vai permanecer ali. E ela produz para ela, não está produzindo para o mercado local, ela não está produzindo para vender para a Europa. Ela está produzindo para importação própria, tanto em alimentos como em minerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Muito obrigado, Coronel Lima.

Há mais um inscrito, e vamos inscrever as duas últimas pessoas, para que os palestrantes respondam e possamos concluir este e abrir o novo painel. A partir de então, devolvo a palavra à Presidenta.

O SR. ÁLVARO AUGUSTO DIAS MONTEIRO - Bom dia.

A minha pergunta é para o meu estimado professor, sobre operações de paz. Em tese, concordo inteiramente com o senhor no que concerne às operações de paz, ditas clássicas, com a tríade, os três princípios perfeitamente atendidos.

No entanto, a configuração no contexto do mundo atual, particularmente após o Relatório Brahimi, as operações de paz adquiriram um caráter de operações de paz robusta, em que não há consenso, em que não há imparcialidade e nem sempre o uso da força para proteção individual. Esse tipo de operações, tanto pela OTAN, como pela ONU, estão trabalhando na Líbia, dentro de um conceito de responsabilidade de proteger.

É certo que o Brasil se absteve da Líbia na responsabilidade de proteger, mas, ao propor na ONU o conceito de responsabilidade, ao proteger, implicitamente nós estamos dizendo que aceitaríamos uma responsabilidade de proteger, desde que previamente fossem estabelecidos os princípios e as condicionantes que levariam ao emprego de uma operação robusta neste contexto.

Então, vem minha pergunta: dentro desse contexto, professor, na proposta de Força de Paz da UNASUL, estaria também previsto o seu emprego em operações de paz do tipo robustas? Que conselho decidiria o emprego dessas forças? Ou, no caso de operações robustas, então cada país, com a sua força armada diante dos



seus contextos políticos de decisão, vai empregar as Forças Armadas e não a Polícia nesse tipo de operação de paz?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Por favor, professor.

O SR. FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA - Obrigado, Almirante Monteiro, brilhante Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, um dos formuladores do pensamento estratégico brasileiro e uma pessoa que permite a chance e as condições de florescerem brilhantes oficiais, com uma folha de serviços magníficos, como o caso do Comandante Carlos Chagas, do Haiti ao Complexo do Alemão. Isso é seu mérito.

Almirante, veja só: continuo achando que o âmbito fundamental é a América do Sul. Não tenho certeza alguma — nem teórica, nem em Direito Internacional, nem em estratégia — do conceito de responsabilidade de proteger, ainda mais quando definido por um conselho de segurança restrito, mundial, mas restrito, em que vontades, vozes e interesses fundamentais não estão presentes. No Conselho de Segurança das Nações Unidas, nós não temos um país mulçumano, nós não temos um país sul-americano, nós não temos a Índia, nós não temos um país africano. Então, a responsabilidade de proteger está circunscrita a um clube de países eurocêntrico — os Estados Unidos são uma dependência histórica da continuidade da Europa —, norte-atlântico, com conceitos que não levam em consideração a vontade, a cultura, a tradição de povos tão diferentes que estão ausentes. E mais, vetam qualquer tentativa de democratização desse Conselho.

Minha opinião é como historiador, historiador ao contrário de meus colegas que são obrigados a fazer o planejamento. A gente olha para trás. Eu só posso olhar para trás. E, quando eu olho para trás, a experiência não é boa. Toda vez que se usou o direito de intervir num país, os resultados foram muito duros.

É muito interessante que vários países que estão no Conselho, como, por exemplo, a China, sejam absolutamente contrários a qualquer violação da sua própria soberania. Países como a França, China, os Estados Unidos sequer respeitam grandes acordos internacionais. Então, esse direito é direito para uns e submissão para outros. Então, eu tenho dúvida quanto a isso.

Eu diria que o âmbito da UNASUL, uma força sob bandeira da UNASUL, consensuada na UNASUL, é algo importante. Se nós tivermos condições e isso for votado dentro da UNASUL para ajudar países como o Haiti, o Timor, como foi o caso



de Angola, que peçam essa ajuda, que a peçam, mas que não seja determinada exteriormente.

Na questão interna da composição das Forças Armadas e da Força de Paz, acho que temos que ter cuidado. Não podemos permitir que o melhor das nossas tropas sejam preparadas para movimentos antidistúrbios. Temos que ter a capacidade de ação e de defesa desenvolvida e ampliada. Temos que reconhecer, por exemplo, que a Argentina e o Uruguai têm uma experiência enorme em força de paz. Temos que recuperar essa experiência e trabalhar juntos nesse sentido.

Essas são preocupações, preocupações muito claras. A comunidade acadêmica está dividida, ela não tem clareza sobre isso. Então, é um assunto que se desenvolve.

Sei que o seu mandato à frente dos fuzileiros navais foi preocupado, contemplou e deixou uma herança de avaliação muito importante para isso, e a gente agora tem que discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Muito obrigado, nobre professor.

Quero registrar a presença dos nobres Deputados Ivan Valente e Leonardo Gadelha. V.Exas. abrilhantam muito este evento.

O último inscrito, por favor.

O SR. ANTONIO LEMOS - Sou Antonio Lemos, de Angola.

Em primeiro lugar, devo felicitar o Senado, em particular a Deputada Perpétua Almeida, Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa, e felicitar os senhores professores pelas brilhantes palestras.

Aproveito para afirmar que entre Angola e o Brasil há uma cooperação boa em todos os domínios da vida social e da defesa, mas a minha questão prende-se com os aspectos da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, em que a Angola é membro. A minha pergunta eu dirijo ao Coronel Oliva.

É uma preocupação minha saber, uma vez que estamos aqui nesta sala, qual é a ligação ou qual é o pensamento político dos Deputados e das Forças Armadas no sentido de tornar funcional a Zona de Paz do Atlântico Sul. Sabemos que nessa Zona existem 3 países da América do Sul e 21 países da África, mas entendemos que o Brasil e a Argentina são as principais forças, ou seja, são os países com maior



potencial dela. Então, eu gostaria de saber até que nível, concretamente, ou qual é a prioridade que o Brasil tem para a defesa desses mares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Muito obrigado.

Eu queria consultar o senhor, Coronel Lima — também a Presidenta assim sugere —, se poderíamos transferir essa resposta para o Sr. Pablo de la Torre, por ser membro do Conselho de Defesa Sul-Americano e da UNASUL. Se o senhor não se incomodar, ele pode responder essa pergunta. Pode ser? *(Pausa.)*

Por favor, Sr. Pablo de la Torre.

O SR. PABLO CELI DE LA TORRE - *(Exposição em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Paulo) - Muito obrigado, senhores palestrantes. Aqui concluo a minha participação como coordenador deste brilhante painel. Eu agradeço aos senhores palestrantes — o Prof. Francisco Teixeira, da UFRJ; o Coronel Oliva, da Odebrecht Defesa e Tecnologia; e o Sr. Pablo de la Torre, do Conselho de Defesa Sul-Americano da União de Nações Sul-Americanas — e à Sra. Presidenta Perpétua Almeida, que me honrou muito pela permissão de coordenar este painel.

Eu retorno a direção dos trabalhos à Presidenta Perpétua Almeida.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Senhoras e senhores, como este painel acabou avançando um pouco no horário do painel seguinte, nós decidimos que não vamos suspender para intervalo e vamos iniciar já a próxima Mesa. No horário do almoço, fazemos um *coffee break* juntos, para que possamos ganhar tempo.

Gostaria muito de agradecer aos nossos painelistas, até reafirmando, já que alguns não estavam ontem na abertura, que a Comissão vai dar encaminhamento a uma proposta de criação de um grupo de trabalho, para que possamos reunir as instituições empresariais, seus sindicatos e associações na área da defesa, juntamente com os nossos Relatores e Sub-Relatores, que são Relatores das três Forças, mais alguns representantes da Comissão e do Governo Federal. Pretendemos constituir um grupo de trabalho para buscar alternativas acerca de fundos que possam financiar os projetos estratégicos da Defesa Nacional, e que nós



possamos inclusive culminar com uma proposta legislativa, combinada com a do Governo Federal.

Queria agradecer a presença dos senhores. Vamos fazer uma pausa só de 2 minutos, para fotos do painel, e já vamos chamar o Deputado Claudio Cajado, que vai fazer a abertura do próximo painel. *(Palmas.) (Pausa.)*

Gostaria de pedir que chamassem os colegas que deram uma saída, para que possamos retomar o próximo painel. Nós fizemos questão de não dar o intervalo, para ganhar tempo e não atrapalhar as discussões. *(Pausa.)*

Colegas, houve um contratempo: o lanche foi disparado, a turma não esperou. Então, vamos suspender os trabalhos por 10 minutos exatos para quem quiser fazer um lanche, e aí retornamos.

(O seminário é suspenso.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Senhoras e senhores, vamos realizar o nosso segundo painel de debates nesta manhã.

Gostaria de chamar o Deputado Leonardo Gadelha para compor a Mesa, para ficar conosco. Trata-se de um dos Parlamentares da Subcomissão. Gostaria de convidar os nossos painelistas desta segunda Mesa: o Prof. Manoel Domingos, Presidente da Associação Brasileira dos Estudos de Defesa; o Sr. Eduardo Siqueira Brick, engenheiro de produção e professor da Universidade Federal Fluminense; o Sr. Luiz Cezar de Azeredo, Diretor da Diretoria de Desenvolvimento Institucional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.

Senhoras e senhores, o nosso segundo painel, neste momento, abordará a temática *Defesa e Sociedade: subsídios para a apreciação da proposta de Livro Branco de Defesa Nacional, remetido ao Poder Legislativo*. Foi remetido a este Congresso Nacional no início de junho.

Vamos passar a palavra aos nossos painelistas, que disporão de 15 minutos. Quando o tempo estiver se esgotando, nós avisaremos.

Com a palavra o Prof. Eduardo Siqueira Brick, representante da Universidade Federal Fluminense.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA BRICK - Muito bom dia a todos. Eu queria agradecer à Deputada Perpétua Almeida e à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional — CREDN por este convite e parabenizá-los por este que é, realmente, um evento importante.



Eu estava preocupado porque teria que falar sobre este assunto em 20 minutos, mas eu tive a notícia que eu tenho que falar em 15 minutos. Mas eu vou buscar inspiração num membro desta Casa que se notabilizou pela capacidade de ser preciso, que foi o Deputado Enéas. Eu vou tentar me inspirar nele para poder falar.

O fato é que eu tive que fazer várias “escolhas de Sofia” para fazer esta apresentação. Tive, infelizmente, que deixar muita coisa importante de fora, porque este tema, na realidade, mereceria um evento inteiro só para ele, porque não é só o financiamento de defesa, mas também o que deve ser financiado. Não é possível falar em financiamento sem a gente ter clareza daquilo que deve ser financiado. Portanto, eu acho que, realmente, falar em 20 minutos é muito pouco.

A primeira “escolha de Sofia” que eu tive que fazer foi com relação à apresentação propriamente dita. Não é bom a gente ter uma quantidade de eslaides muito grande — como professor eu sei muito bem disso —, mas eu achei que era importante registrar muito dessas coisas, porque o tempo é muito curto. São muitas ideias e muitas informações, eu resolvi deixar isso registrado. Eu peço antecipadas desculpas, porque eu vou ter que ser meio telegráfico e passar meio correndo por esses eslaides. Mas a minha intenção foi deixar isso registrado, de modo que as pessoas possam ter acesso a ela e analisar com mais calma.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eis o roteiro que eu vou seguir.

Primeiro, o que financiar? Para falar em financiamento, nós temos que discutir primeiro o que financiar. Aparentemente, trata-se de uma coisa simples e muito clara. Mas, no meu entender, não é simples nem clara.

Segundo, as fontes de financiamento. O que é possível usar como fonte de financiamento para financiar o que deve ser financiado.

Temos desafios, muitos desafios. Eu gostaria de mencionar alguns. Não são todos, não é exaustivo, porque a quantidade de desafios é enorme. Eu quero apenas mencionar alguns.

Depois, como financiar. O que financiar, quais são as fontes de financiamento e como financiar.



Eu falarei um pouco sobre os fundamentos para uma estratégia voltada para isso e, finalmente, um esboço de uma estratégia, pensando num horizonte de 10 ou 20 anos que nós temos à frente.

Finalmente, medidas essenciais, prioritárias e urgentes. Devo dizer que, quando eu fui contactado para fazer essa apresentação, pediram-me que eu apresentasse proposições. As pessoas certamente não me conhecem, senão não teriam me pedido isso. Depois, elas vão se arrepender.

A primeira pergunta é o que financiar. A palavra defesa — nós estamos usando a palavra defesa —, mas, na realidade, trata-se de um eufemismo para uma coisa que é mais ampla: o poder efetivo.

O poder efetivo é relacional no sistema internacional. Não existe um poder absoluto; ele é relacional. Depende do poder de outras unidades no sistema internacional e é o que define a inserção de um Estado num sistema internacional. Não é só para guerra ou para missões de paz. É o que define a maneira como os Estados estão inseridos no sistema internacional e o poder que eles têm de interferir nas decisões que afetam sua própria vida. Portanto, ele é muito importante.

Os componentes do poder efetivo. A cor vermelha não está aí por acaso. Ela indica um alerta.

O primeiro componente do poder é a vontade. É preciso querer ter poder. Sem o desejo de ter poder, todo o resto não se constrói. Depende, portanto, da sociedade, depende do Congresso Nacional, particularmente, que reflete a sua sociedade. Isso, no Brasil, nós todos sabemos, pela nossa índole, nós temos dificuldade em encarar esse problema, de discutir esse problema e de tomar decisões relativas a ele.

O segundo componente é o poder militar. Está em amarelo. Nós temos boas Forças Armadas, bem estruturadas, bem organizadas, temos recursos humanos de alta qualidade, temos efetivo de alta qualidade, mas não temos meios de defesa eficazes. Portanto, uma coisa contrabalança com a outra.

Mas existe outro componente do poder de que nós não falamos, é uma coisa considerada subsidiária, e não é subsidiária, ela é central, hoje em dia. Trata-se de uma capacidade industrial, uma capacidade de inovação, de competitividade industrial, de ciência e de tecnologia. Não existe poder sem esses três



componentes. Cada vez mais isso será uma realidade e cada vez mais esse terceiro componente assume papel importante na composição do poder.

Para mim, isso é um axioma. O pré-requisito para uma defesa nacional ser efetiva é possuir capacidade militar, mas também capacidade industrial, científica e tecnológica compatível com a de outros atores do sistema internacional, porque o poder é relativo. Nós temos que ver como estão os outros, para saber onde nós temos que estar. Essa é uma coisa que eu considero importante.

Há consequências desse axioma. Primeira, a Defesa Nacional depende fundamentalmente de dois instrumentos, que são igualmente importantes. Todo mundo sabe que as Forças Armadas são importantes. Elas representam a expressão militar do poder. Mas não é claro que existe outro componente do poder que é a base logística de defesa, que é a expressão industrial, científica e tecnológica do poder. Essa clareza precisa ser assumida, antes que se faça qualquer coisa na área de defesa.

A base logística de defesa é um conceito, creio, nesse aspecto, que seria um agregado de capacitações tecnológicas, materiais e humanas, necessárias para desenvolver e sustentar a expressão militar do poder. Ela tem este papel, mas não é só isso que a base logística de defesa faz. Ela é muito mais do que isso. Ela também é importantíssima para desenvolver uma capacidade industrial, uma competitividade industrial em produto de alto valor agregado, de alta tecnologia. É o instrumento mais apropriado para uma política industrial sadia, que desenvolve capacidade e que permite ao País competir internacionalmente também.

O exemplo da EMBRAER é emblemático neste aspecto. Os investimentos feitos em produtos de defesa AMX, em Bandeirantes, etc., criaram a capacidade industrial e científica que é dual. Dual é essa capacidade industrial, e não o produto em si. Então, das Forças Armadas provém essa capacidade operacional. Capacidade operacional não se mede pela quantidade de meios. No final das contas, ela se mede, mas a discussão inicial sobre capacidade operacional é aquela que o Prof. Francisco Carlos mencionou aqui. Não define os meios, define qual missão deve ser tomada. É isso que vai acondicionar os meios. Os meios não podem vir na frente dessa definição, e essa é uma definição política. Essa não é uma definição que as Forças Armadas têm que fazer. Essa é uma definição que o País tem que fazer — o País, com o Congresso Nacional à frente dessa discussão.



Discutir qual é a nossa missão, qual é a nossa capacidade operacional e, a partir daí, as Forças Armadas têm competência para discutir e apresentar os meios, as alternativas, para ter capacidade operacional e a Base Logística de Defesa.

Esta figurinha também tenta expressar isso, ou seja, o poder efetivo determina a maneira como o País se insere no sistema internacional. Mesmo que não haja nunca uma guerra, mesmo que não haja nenhuma invasão, nenhum problema, é assim que funciona. Quem não tem esse poder, não tem capacidade de influenciar e fica seguindo o que os outros determinam que seja feito.

A Base Logística de Defesa é esse *link* entre o poder militar e entre a capacidade industrial e a competitividade industrial. A nossa única empresa que se destaca no cenário internacional é a EMBRAER, justamente por esse motivo.

Agora, o que está escrito na Estratégia Nacional de Defesa — END? A END define um objetivo para isso. Ela diz que a base, hoje, de defesa tem que ter capacidade para suprir as necessidades de produto de defesa sem dependência de fonte externa de suprimento. Ora, nada mais longe da nossa realidade. Ela define mais alguma coisa relacionada à inovação. Autonomia tecnológica, a longo prazo, deve ser objetivo para pesquisa, desenvolvimento e inovação na base industrial de defesa.

Isso significa o quê? Significa um novo paradigma para esta situação do Brasil. Nós nunca passamos por uma situação como esta. É algo completamente novo e não pode ser resolvido, não pode ser encarado com os mesmos instrumentos, com as mesmas maneiras pelos quais nós enfrentamos esse problema no passado. Tem que haver um pensamento novo e tem que haver mudanças muito grandes para que isso seja feito. Senão, não será feito.

Existe um desequilíbrio histórico na nossa maneira de encarar o problema. Nós sempre demos prioridade à capacidade operacional em detrimento da capacidade industrial de inovação. Essa sempre condiciona a outra. Sempre se definiram os meios e buscava-se ver se existia no País capacidade industrial e científica de prover tais meios. Isso perpetuou essa situação.

É claro que isso aconteceu num cenário em que nós não tínhamos uma percepção muito clara ou diferente. Nós estávamos inseridos nessa ideia da Guerra Fria, de que nós exercíamos um papel secundário nesse processo.



Facilitou muito o fato de o Brasil ser uma ilha. De fato, está longe dos grandes problemas internacionais, mas o mundo está diminuindo, e o Brasil está se aproximando do mundo, está entrando no mundo. Então, essa situação muda. Esse é um novo paradigma que também tem que ser mudado.

Por que financiar? Têm que ser financiadas as Forças Armadas e a Base Logística de Defesa. A Base Logística de Defesa também é responsabilidade do Estado, tanto quanto as Forças Armadas. Não é uma coisa que se deixa, ou algo de que a iniciativa privada vai tomar conta. Não vai tomar conta disso. Isso tem que ser objeto de políticas públicas e tem que ser administrado pelo Estado, de alguma forma. É assim em todos os países.

Com relação à fonte de financiamento, há dois aspectos a considerar. Primeiro, quais os instrumentos de financiamento e, segundo, qual o volume. Podem-se ter ótimos instrumentos e zero de valor para aquele instrumento.

Primeiro, o orçamento. Mas o Orçamento para a Defesa não está só no Ministério da Defesa; está também no MDIC, no MCTI, está também, de certa forma, no Ministério da Educação. O Programa Ciência sem Fronteiras, por exemplo, influencia a Defesa e é importante para a Defesa também.

Quanto aos financiamentos externos, financiamentos do BNDES, da FINEP, fundos de garantidores, trata-se de uma ideia que eu queria lançar agora. No caso dos *royalties* do petróleo, já existem *royalties* de petróleo destinados à Defesa, no caso da Marinha, e parcerias público-privadas.

Orçamento da Defesa. Esta figura mostra os países que atendem os seguintes critérios, simultaneamente: população maior que 50 milhões de habitantes, PIB maior que 1 trilhão de dólares e território maior que 1 milhão de quilômetros quadrados. Seis países atendem a esses critérios: Estados Unidos, os quatro BRICs e o México.

Como estão esses países em termos de orçamento de defesa? O círculo representa o valor absoluto do orçamento de defesa. O eixo vertical, o PIB, o horizontal é o percentual do PIB aplicado em defesa.

O Brasil está bem atrás dos outros. Só está à frente do México. Mas o problema do México é muito diferente do Brasil. O México está ao lado dos Estados Unidos, não tem que se preocupar com problema de defesa porque ninguém vai invadir o México; os Estados Unidos não deixa.



Por outro lado, não adianta ele se preocupar em se defender dos Estados Unidos porque não tem meios para isso. Então, é um problema simples. O nosso caso é diferente.

Essa outra figurinha mostra todos os países que têm PIB maior que 200 bilhões de dólares.

De novo, percentual do Orçamento aplicado em defesa e PIB aqui.

O Brasil está nesse eixo aqui. A grande maioria dos países tem um percentual do PIB aplicado em defesa maior que o Brasil.

Eu imagino que, para o Brasil, nós teremos que arrumar algo nessa faixa de 2,5% do PIB para fazer o que pretendemos fazer. Então, em relação ao Orçamento de defesa.

Fontes não orçamentárias. Elas possibilitam financiar o reaparelhamento das Forças Armadas e também a sustentação da Base Logística de Defesa sem aumentar o orçamento em curto prazo. Então, elas são importantes por esse motivo.

Financiamentos externos. Na prática, hoje, são as únicas fontes de financiamento disponíveis. O PROSUB e o HX-BR estão sendo viabilizados com financiamentos externos. Porém, eles têm um efeito perverso e negativo para a BLD. Embora tenha coisas favoráveis, está-se condicionando esse financiamento a determinado uso, a determinados componentes.

Financiamento do BNDES. Muito reduzido os valores ainda. O FUNTEC tem 30 milhões de reais somente. O que é importante nisso aqui? É preciso criar um amplo programa no BNDES capaz de financiar esses grandes projetos de aquisição do sistema de defesa, substituindo o financiamento externo.

Com isso, nós vamos definir onde esses financiamentos vão ser aplicados. Isso me parece uma coisa simples e eu acho até que o BNDES está pensando nisso também. Mas eu acho isso fundamental. Porque é uma fonte extraorçamentária que pode ser usada logo enquanto o orçamento não consegue aumentar.

A FINEP tem vários tipos de financiamento: os não reembolsáveis, que são o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e subvenção econômica. Além de outros que são menos importantes.

Os não reembolsáveis. Existem 16 fundos setoriais. Nenhum para a defesa. A defesa é parcialmente atendida com ações transversais, que tem trazido alguns



recursos para a defesa. Mas, no Brasil, do total de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, apenas 2% é para a defesa.

Apesar da defesa, os financiamentos em defesa é que têm gerado as maiores capacitações industriais que o Brasil tem hoje: programa nuclear, EMBRAER, com pouco dinheiro. Então, é preciso haver uma mudança nessa situação também.

A parte da subvenção econômica, a Lei da Inovação e a Lei do Bem que atende às empresas. Pode ser usada pelas empresas na área de defesa.

Evolução dos recursos da FINEP. Ao longo dos anos tem crescido bastante. Mas a parte de defesa não tanto. Apenas 8% do total financiado pela FINEP, em 2010, sendo que, em 2011 e em 2012, a situação piorou. Não houve editais para a área de defesa. Praticamente pouquíssimos investimentos na área de defesa pela FINEP.

Então, medida importante para o Congresso: alterar as leis que criaram os fundos setoriais, destinando um percentual dos valores arrecadados para um fundo específico para a defesa.

Eu ouvi essa discussão várias vezes: de onde vai chegar a fonte para a defesa? A defesa é um bem público. Ela tem que sair de todos os lugares. Todos os fundos têm que contribuir para a defesa. E aí a defesa pode usar esse dinheiro para fazer os seus investimentos.

A outra ideia é nova, a de um fundo garantidor da Base Logística de Defesa. Qual é a ideia? Seria um PROER, um hospital das indústrias de defesa. Nós sabemos que as nossas indústrias estão com dificuldades. Muitas estão falindo, muitas estão sendo adquiridas por empresas estrangeiras. Isso não é desejável. Que essa empresa, por exemplo, traga o seu capital etc. é importante isso. Não sou contra isso. Mas as nossas empresas não podem ser entregues. Até porque, nesse segundo aspecto, elas foram financiadas com recursos públicos para desenvolver tecnologias e essas tecnologias não estão protegidas. Elas são entregues às empresas e, quando são adquiridas, são jogadas fora ou vão para outro lugar.

Então, uma das maneiras seria o Estado ser dono dessas tecnologias desenvolvidas com o dinheiro público e o uso dessas tecnologias reverter em dinheiro para esse fundo, por exemplo, para apoiar as próprias empresas depois. Essa é uma ideia.



A parceria público-privada permite o uso de financiamentos e capacitações privadas ou públicas, fora das Forças Armadas para atender às necessidades das Forças Armadas, sem criar estruturas próprias ou especializadas dentro das próprias Forças. Isso é muito usado. A Inglaterra tem usado muito isso e outros países também.

Maiores desafios. O principal desafio para a Defesa é cultural. Falta de reconhecimento da importância da Defesa pela sociedade, conseqüentemente também pelo Congresso. Estou falando para trás, pode ser que para frente essa situação mude, mas essa é a nossa realidade. Falta de entendimento da essencialidade da Base Logística de Defesa pelas próprias Forças Armadas.

Dentro das Forças Armadas existe uma quantidade grande de pessoas que não têm essa noção e não valorizam isso, acham que isso não é importante. Dão prioridade à capacidade operacional porque é a que está mais próxima deles, e não têm essa percepção. Inclusive, definem as políticas das Forças Armadas em função dessa percepção, dessa cultura que têm.

Desafios. Estrutura de governança inadequada. As políticas e ações voltadas para a BLD, para a Defesa, estão dispersas pelo menos em cinco Ministérios: MD, MDIC, MCTI, MRE, sem falar em outros.

Financiamento inadequado. Impossível sustentar a BLD sem demanda do Estado. Então, isso tem que ser feito.

Marco regulatório inadequado. Apesar dessa lei que foi feita... Essa é a lei do óbvio, deixarmos de taxar produto do Brasil e comprar fora produto que não é taxado. Para mim isso é ponto pacífico. Mas ela é incapaz de proteger as empresas estratégicas em tecnologias críticas financiadas pelo Estado. Tem que haver algum estatuto que defina isso, que proteja essas empresas, porque elas são estratégicas, não é uma coisa de economia comum, é uma outra abordagem que tem que ser dada a esse problema.

Força de trabalho inadequada em quantidade ou qualificação para gerenciar os projetos de CTI, aquisição de produto de defesa e a própria Base Logística de Defesa. Vou dar um exemplo. Nos Estados Unidos, existe uma categoria chamada *workforce*, pessoas dedicadas só a esse problema de aquisição de sistema de defesa, em cuidar da indústria de defesa. São 150 mil pessoas, das quais, 90% civis. Na Inglaterra, são cerca de 20 mil pessoas. Então, nós temos que ter essa



capacidade para gerar esse dinheiro que vai vir aí, para fazer a gestão correta disso, caso contrário, não vão se entregar os resultados.

Como financiar? Eu vou dar os fundamentos para uma estratégia de financiamento. Primeiro, é preciso reconhecer que a limitação de recursos financeiros e também humanos, não só financeiros, mesmo que ocorra aumentos, vai persistir durante algum tempo. Então, vai afetar nosso desenvolvimento durante o próximo tempo. É melhor ir devagar. É importante andar conforme o tamanho da nossa própria perna, no passo que podemos dar.

Previsibilidade e continuidade de financiamento, tanto quanto volume de serviços, são fundamentais. Isso aí todo mundo já diz o tempo todo, estou repetindo porque é importante.

Com relação agora a esse peso entre capacidade operacional e capacidade industrial, que é uma coisa importante. Qualidade, não mais quantidade, de meios de defesa, junto com essa capacidade industrial, inovação ao toque para garantia de autonomia e criar surpresa, devem ser prioridade, têm que avançar juntas.

O planejamento da Defesa deve considerar a capacidade operacional de forma integrada com a capacidade industrial de inovação; não pode aparecer aqui com uma lista de centenas de produtos sem se preocupar como aquilo vai ser fornecido. Tem que haver uma preocupação conjunta com isso, um planejamento integrado, levando em consideração a nossa realidade, como podemos avançar, o espaço que podemos dar, de modo que garantamos esse desenvolvimento da capacidade industrial e de inovação também.

O PAED atual não atende a esse fundamento. Vamos levar em conta isso.

Esboço de uma estratégia: aumentar contínua e gradualmente o percentual do PIB aplicado à Defesa até cerca de 2,5% em 2 anos, gradualmente, mas temos que fazer coisas logo; aumentar rápida e significativamente o uso de fontes não orçamentárias de financiamento, BNDES, FINEP, Fundo Garantidor etc.; usar o PAED como forma de sustentar a BLD; capacidade industrial de inovação, condicionando a capacidade operacional, e não vice-versa, como sempre foi feito e como sempre é dito quando essas coisas são apresentadas.

E capacidade operacional não é um conjunto de meios, mas aquilo que o Prof. Francisco Carlos falou aqui na palestra anterior. O que nós temos que ter capacidade de fazer? É impedir que uma força aeronaval inimiga se aproxime 500



(*ininteligível*) daqui. É esse nível de discussão primeiro. A partir dessa definição é que se parte para os meios.

Precisa-se então de um crescimento equilibrado da capacidade operacional e capacidade industrial de inovação, substituir o PAED por um plano integrado de planejamento, capacitação industrial e inovação. Devem ser levadas no planejamento as duas coisas conjuntamente, caso contrário nós não vamos ter uma Base Logística de Defesa, vamos ter um montão de equipamentos, na hora H, pela pressa, vão acabar sendo importados e não vamos ter os requisitos que nós achamos que deve ter.

Medidas essenciais, prioritárias e urgentes. Também é figurinha fácil essa. Orçamento de longo prazo, adequada à necessidade, impositivo e com execução plurianual para investimento em defesa (*ininteligível*). Mas já existe alguma coisa no Congresso sendo feita. Por exemplo, existe a PEC 53, do Senador Marcelo Crivella, que já passou na Comissão de Constituição e Justiça e está aguardando para ser colocada na pauta. Ela define que os orçamentos não podem ser contingenciados na parte de defesa. Já é uma medida. Existe outra. A Lei de Responsabilidade Fiscal obriga que determinados projetos não sejam contingenciados. Então, uma maneira de cumprir isso é fazer com que determinados projetos tenham uma lei específica, enquadrando-os nessa situação. Com isso, eles não vão poder ser contingenciados, porque a lei vai obrigar que sejam cumpridos. Isso é uma outra possibilidade.

Criação em curtíssimo prazo de fontes de financiamento específico para a defesa na FINEP, tirar dinheiro dos fundos e jogar para um novo fundo. O BNDES. Criação de um fundo garantidor que tenha como um dos seus ativos todas as tecnologias desenvolvidas com o financiamento público. Esses ativos não podem ser entregues para as empresas, eles são do Estado. E o uso deles pode gerar recursos que beneficiarão as próprias empresas, aquelas que estão em dificuldades.

Plano integrado de reaparelhamento, capacitação industrial e inovação para a defesa. Aliar ao PAED as capacitações industriais e de inovação necessárias. Sem isso, quando precisarmos comprar os equipamentos, nós não vamos ter meios de fazer no Brasil.

Fabricar é a coisa que tem o menor valor agregado. Nós precisamos ter capacidade de conceber e desenvolver, ter insumos feitos no País, esses insumos que são cerceados, que são difíceis de obter.



Programas mobilizadores para o desenvolvimento de sistema de alto valor estratégico e conteúdo tecnológico. O exemplo dos Estados Unidos é gritante, a própria energia nuclear, programa de submarinos americanos, programa de colocar o homem na lua, todos foram programas mobilizadores que tiveram um responsável, uma pessoa que tinha essa autoridade e responsabilidade de levar isso até o final. Isso é um programa mobilizador, não pode ser atribuição de um órgão ou de uma instituição, é de uma pessoa que tenha a imputabilidade de chegar ao resultado.

Corpo de profissionais majoritariamente civis, com estabilidade nas funções e qualificação, formação e experiência para gerenciar logística e defesa. No Ministério de Defesa, hoje, temos o SEPROD e temos lá o DEPROD. Só que as pessoas que vão para o DEPROD e para o SEPROD são pessoas de carreira das Forças Armadas, que não necessariamente conhecem totalmente o assunto, passam lá dois anos e vão embora. Essa é uma função permanente, a pessoa tem que dedicar a vida para isso, tem que ter competência para fazer isso, poder levar esse projeto, que é de longo prazo, até um bom termo.

O programa mobilizador mais urgente é da Base Logística de Defesa. Tem que haver um programa para o Estado administrar essa Base Logística de Defesa. Deverá ter um responsável único, uma pessoa física com competência para essa incumbência e condição de criar e sustentar a BLD com as características definidas na END. A END diz o que tem de ser feito. Agora, falta fazer. Entre a intenção e a ação, sabemos que há uma grande diferença. A primeira é o dinheiro, o orçamento. A pessoa que receber essa responsabilidade deve ter atributo de autoridade sobre todas as instâncias de Governo abaixo do Presidente. Não tem jeito, porque com aquele imbróglio, em Ministérios desenvolvidos, alguém tem que dizer como é que vai ser feito. E imputabilidade. No Brasil, nós não gostamos muito da palavra "imputabilidade", mas ela é essencial perante o Governo, o Congresso e a sociedade em geral.

Para finalizar a minha palestra, gosto sempre de usar a metáfora do nó górdio. O nó górdio expressa bem a situação em que nós nos encontramos. Quando há uma situação muito enrolada, não adianta tentar desenrolar, você tem que cortar. Se o Alexandre Magno tivesse tentado desamarar o nó górdio, nós hoje teríamos outra civilização. A civilização ocidental não teria acontecido e nós teríamos outro



mundo hoje em dia. E acho que isso está em nível do Congresso e da própria Presidenta da República.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, professor. Na verdade, demos mais do que o tempo que tínhamos definido. O tempo, na verdade, era de 20 minutos. Eu que fiz a confusão dos 15.

Com a palavra o Prof. Manoel Domingos, Presidente da Associação Brasileira dos Estudos de Defesa.

O SR. MANOEL DOMINGOS - Exma. Deputada Perpétua, prezados colegas da Mesa, cumprimento todos os oficiais das Forças Armadas aqui presentes, na figura do meu querido amigo, Almirante Álvaro Monteiro. Cumprimento todos os Parlamentares, senhoras e senhores.

Eu começo pedindo desculpas por não estar em boas condições físicas e emocionais. Eu passei a noite sem dormir, sofrendo pela dor da perda de um dos Parlamentares mais inteligentes, mais brilhantes, um homem que serviu de exemplo para mim, Sérgio Miranda de Matos Brito, velado ontem nesta Casa.

Foi uma noite dura também porque eu lembrei que, aos 21 anos de idade, apanhei durante mais de dez dias para dizer onde estava Sérgio Miranda de Matos Brito. Não disse, não sei se por conta da tortura, mas porque não sabia mesmo onde estava o meu amigo.

Mas aqui, senhores, nós temos uma sessão e uma Comissão presidida por uma Parlamentar que integra o partido ao qual Sérgio Miranda de Matos Brito entregou a sua vida. E isso é a maior demonstração do diálogo instaurado na sociedade brasileira.

Haveria exemplo melhor do que esse, Deputada Perpétua dirigindo esta Comissão? E aqui nós todos preocupados com uma questão básica, a defesa do Brasil.

Senhores e senhoras, eu represento uma entidade científica, a Associação Brasileira de Estudos da Defesa. É uma associação recente, organizada por professores, doutores e pós-graduandos há coisa de oito anos. É um reflexo também da preocupação que passa a se disseminar na sociedade.

Eu, como representante da ABED, como Presidente da ABED, tenho como missão aqui apresentar demandas da ABED, e essas demandas se enquadram



perfeitamente no tema referido, no tema que me cabe, que é discutir a relação sociedade e defesa.

Começo, portanto, fazendo uma pergunta básica: pode-se apoiar o desconhecido? Ocorre que as Forças Armadas e as políticas de defesa ou os problemas atinentes à defesa são desconhecidos, senhores e senhoras, desconhecidos da grande massa brasileira, desconhecidos da Inteligência brasileira, desconhecidos do Congresso Nacional. Somos poucos na ABED. Estamos crescendo rapidamente. Mas saliento que somos esquisitos no mundo acadêmico. A maior parte dos professores, dos intelectuais, inclusive da área de humanidades, nos estranha.

Olho para o meu colega de universidade, o Brick, e relembro a força, o esforço que a gente, juntamente com o companheiro Eurico de Lima Figueiredo, fez para criar um instituto. Nós o criamos com as unhas, porque apoio nos faltou.

E saibam os senhores que eu sou um professor doutor em fim de carreira e ainda não disponho — dispunha, na minha antiga Universidade Federal do Ceará, de três salas, com todos os equipamentos para estudar os meus programas —, ao aceitar o desafio, junto com o Brick e Eurico, de organizarmos um instituto no Rio de Janeiro, de sala nenhuma. As nossas infraestruturas são precaríssimas: faltam-nos bolsas de estudo, faltam-nos salas, faltam-nos telefones, faltam-nos secretárias, faltam-nos bolsas para os alunos, falta-nos apoio básico.

Portanto, eu pergunto, dirigindo-me em especial aos Deputados da CREDEN: quando esta Comissão fala que a sociedade precisa se aproximar dos estudos da defesa, estariam levando em conta as necessidades de estudarmos efetivamente a defesa? Estariam levando em conta que a capacidade acadêmica não pode ficar à míngua?

A pergunta vai para todos, inclusive para o Coronel Oliva, representante da Odebrecht, se estiver aqui presente. Discutimos sempre apoio à indústria de defesa, estudo das Forças Armadas, aproximação com as Forças Armadas, e ao apoio ao estudo acadêmico acerca das Forças Armadas e das indústrias de defesa?

Que o Brasil precisa de indústria de defesa, não há o que discutir. Precisamos! Mas não precisamos esconder, ou nos esquecer de que o negócio ilegal de armas constitui três dos mais violentos dramas da humanidade, eleitos pela ONU: a lavagem de dinheiro, o narcotráfico e o comércio ilegal de armas.



Estamos lidando com matéria delicada, precisamos estudar a fundo. Aqui foram referidas diversas questões ao longo desses 2 dias, e eu poderia agregar tantas outras, por exemplo — e exclusivamente como exemplo —, o nosso entorno estratégico, a defesa do nosso entorno estratégico.

Quantos acadêmicos, quantos estudantes têm bolsas hoje para desenvolver matérias acerca disso? Respondo: quase ninguém. Quase ninguém, senhores! Precisamos — e estão em curso — de reformas no ensino militar; o Exército, inclusive, dando o exemplo. De cabo a rabo, o ensino militar das escolas do Exército está sendo reformado.

Pergunto: há algum intelectual brasileiro, algum grupo de estudo, algum recurso para pesquisa para saber o que verifica, em termos de reforma de ensino, mundo afora? Porque não podemos reformar ensino militar sem estar de olho no que se passa lá fora. Respondo: não há apoio para tal tipo de estudo.

Os senhores militares aqui presentes sabem bem que um dos principais problemas, dos dramáticos problemas que nós temos é: como conciliar defesa com preservação de terras indígenas. Questão delicadíssima: há quantos antropólogos capacitados para discutir preservação indígena e ao mesmo tempo defesa nacional? Como é feita essa conciliação?

Senhores, eu passaria 2 dias, 3 dias aqui enumerando temas absolutamente a descoberto do mundo acadêmico.

Concluo, não usando o tempo que me foi dado, dizendo que seria impróprio, inadequado, irresponsável o Estado brasileiro propiciar impulsos ao desenvolvimento da defesa ignorando esta componente fundamental, que é o mundo acadêmico. Falo em nome de professores, doutores, de mestrandos, de doutorandos e de estudantes de graduação, que precisam objetivamente de apoio.

Portanto, ao falarmos, Deputada Perpétua, em defesa do Brasil, não nos esqueçamos de reservar 0,000000001% para os nossos estudos. Conversamos em São Paulo: *“Isso é fundamental para a democracia, isso é fundamental para o Brasil”*. Deputada, tivemos condições de falar: *“Isso é chave para a própria indústria, para a própria defesa do País”*. E agora? O orçamento está sendo fechado. O orçamento está sendo fechado e, ao que me consta, não há emendas pertinentes a isso. Entre o discurso e a prática há uma longa distância. A todos os que se



preocupam efetivamente com a defesa do Brasil cumpre gastar dinheiro com a ciência voltada para a defesa.

Quando me refiro a estudos da defesa me refiro a estudos referentes às Forças Armadas, ao conhecimento das Forças Armadas e ao conhecimento de seus múltiplos e variados problemas. Refiro-me aos múltiplos e variados problemas referentes às políticas de defesa, lembrando que tais problemas não podem ser focados ou ter em vista o âmbito geográfico brasileiro; eles compreendem o mundo e processos diversificados.

Constituímos hoje algumas centenas de pesquisadores. Esse número é irrisório. É, como se diz na minha terra, o Ceará, um nada. Precisamos de milhares e competentes e formados no mais alto nível, precisamos aprofundar esses estudos e criarmos teorias próprias. A maior parte dos conceitos de quem estuda a defesa e as relações internacionais do Brasil, minhas senhoras, meus senhores, são formulados por potências imperialistas, por potências que dominaram o mundo no século XX. A nossa literatura é basicamente literatura norte-americana, porque o Estado nacional brasileiro ainda não atentou para esta componente fundamental da nossa capacitação científica, que são os estudos da defesa.

Concluo, meus senhores, anunciando que ontem obtive da direção do Conselho Nacional de Pesquisa, importante agência da qual eu participei da direção no primeiro Governo Lula, um pequeno edital de amparo aos estudos de defesa. Daqui a pouco estarei com o Ministro Raupp, da Ciência e Tecnologia, definindo o montante do edital, mas sei que é um edital pequeno. Pequeno mas importante, mas simbólico, lembrando que o Ministério da Defesa é o único Ministério — único! — que não tem convênios com o CNPq. Como isso se justifica? Não tem cabimento.

Ministra, ou melhor, Deputada...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Ainda chego lá. *(Riso.)*

O SR. MANOEL DOMINGOS NETO - O Ministro já sabe, mas precisa ficar atento a isso.

Senhores, falei em nome da Associação Brasileira de Estudos de Defesa.

Obrigado pela deferência, pela honra da atenção. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Prof. Manoel Domingos.



Com a palavra o Sr. Luiz Cezar Loureiro de Azeredo, Diretor de Desenvolvimento Institucional do IPEA.

O SR. LUIZ CEZAR LOUREIRO DE AZEREDO - Bom dia a todos.

Inicialmente eu gostaria de agradecer, em nome do IPEA, o convite para participar deste evento.

Eu gostaria de dizer também que quem termina uma manhã de exposição com brilhantes exposições, como nós assistimos, hoje, muito pouco tem a dizer, mas eu vou tentar agregar aqui, nesses 20 minutos que me cabem, ainda algumas ideias que eu acho devem ser ainda enfatizadas.

A proposta da palestra foi uma visão geral do Livro Branco. E, para a gente promover essa visão geral, eu pensei em dividir esta palestra em três ou quatro grandes blocos. O primeiro bloco, apenas por questão metodológica, é sobre algumas informações do Livro Branco. Essas informações, que eu creio já serem de conhecimento de todos, teriam de ser apresentadas. Num segundo bloco, a gente procura ver quais são as bases da atual agenda internacional e quais são os fatos que impactam a realidade mundial na década em que nós vivemos, já que o tempo geopolítico se mede por décadas, não por anos. No terceiro bloco, a gente procura avaliar, à luz desses fatos, quais são as ameaças que o País pode estar sofrendo, se agora ou mais tarde, e qual seria a capacidade de resposta que o País possui, para finalmente apresentar a conclusão do trabalho.

Então, só a título de informação, o importante nessa história dos antecedentes é que começa a haver um esforço muito grande do Brasil de tratar as questões de defesa de uma forma mais efetiva. E esse esforço é coroado quando traz os documentos principais, o Livro Branco, a estratégia e a política para discussão no âmbito do Congresso Nacional, que é quem representa a sociedade brasileira.

O grande problema que nós sempre sofremos nesse setor, e já foi abordado aqui por todos, é a separação de assuntos de defesa no Brasil, que ficava restrita a certa parte da sociedade. E defesa é um tema que tem de interessar a toda a nossa sociedade. Então, nós agora estamos realmente passando por um processo de avanço. A gente espera que isso tenha continuidade. Outros Livros Brancos, outras versões da estratégia terão que vir paulatinamente à discussão da sociedade, e isso é um avanço da sociedade brasileira.



A apresentação do Livro Branco foi muito bem feita, é muito concisa. O Ministro Celso Amorim apresenta os objetivos básicos, do que se pretende com o Livro Branco. Eu copiei os sete objetivos, mas gostaria de destacar apenas alguns, dada a exiguidade do tempo.

Primeiro, o terceiro objetivo: contribuir para o aprimoramento do processo de confiança mútua com os nossos vizinhos.

Graças a Deus, nós não temos problemas de defesa com nenhum dos nossos vizinhos, nem os nossos vizinhos têm grandes problemas entre si. Todos os problemas que eventualmente podem acontecer na América do Sul são facilmente resolvíveis por um processo de negociação.

O importante — quarto objetivo — é que todos nós temos de estar imbuídos de fazer desta parte do mundo, do entorno estratégico do nosso continente um ambiente de paz e prosperidade. Então, todos nós temos que trabalhar de forma conjunta para que a América do Sul, o Pacífico Sul e a Costa Ocidental da África sejam uma zona de progresso, porque só com o progresso a gente tem o bem-estar das nossas comunidades. E, unidos, nós temos condições, históricas até, de atingir esse objetivo. O que nós temos, cada vez mais, é construir e consolidar essa nossa união.

Por outro lado, nós temos que mostrar aos países do resto do mundo que nós temos que ter a capacidade de revidar qualquer tipo de agressão que venha de âmbitos extrarregionais. Na análise da agenda mundial, olhando os principais fatos, dificilmente haverá uma reversão dessa tendência de tranquilidade que temos no continente, e todas as ameaças previsíveis vêm de âmbito extrarregional. Então, nós temos que ter essa capacidade de defesa e resposta a essas ameaças.

Finalmente, é muito importante dizer isso, o Brasil e todos os nossos vizinhos sempre devem enfatizar que defesa não se delega. Defesa é indelegável. E nós temos que, dentro das nossas possibilidades, estar sempre preparados para atuar de acordo com os nossos interesses e defender a nossa soberania.

A estrutura do Livro Branco está aí, todos já conhecem; agora, passamos para as bases da agenda internacional. Essa agenda internacional começou a ser construída a partir da Segunda Guerra Mundial. Ela é construída evidentemente a partir do interesse de um grupo de nações hegemônicas. E essas nações hegemônicas de certa forma ainda conduzem a agenda internacional dentro de



certos interesses, nessas cinco bases. Primeiro, há um esforço de redefinição de estruturas de representação política e econômica da comunidade econômica internacional, e esse esforço tende a ser sempre bloqueado. Eu vou dar só dois exemplos para não nos alongarmos: a questão da reforma do Conselho de Segurança da ONU a países que não admitem que esse esquema seja mudado — a gente tem um Conselho de Segurança na ONU hoje em que os cinco países que têm poder de veto vêm de uma realidade geopolítica superada —; e na questão econômica mais simples, já que falei da parte econômica, o FMI. O está precisando de dinheiro, e os países do BRICS concordaram em aportar algum dinheiro para o FMI em troca do aumento do seu poder de voto. Embora esse poder de voto seja ainda irrisório dentro do FMI, há resistências muito grandes para que isso se materialize, porque a Europa perde, no FMI, posições relativas.

Outro caso da agenda internacional que está começando a ficar muito evidente: procura-se definir um sistema de segurança internacional sempre muito focado nos interesses das nações hegemônicas, em que começam a ser justificadas intervenções seletivas ou de ordem humanitária ou de ordem ambiental. Eu vou dar o exemplo de Kosovo comparativamente ao de Ruanda. Nós tivemos, na década de 90, duas situações muito trágicas no mundo: uma, na África, em Ruanda, que nada aconteceu; outra, na Europa, em Kosovo, onde a soberania da então Iugoslávia, e depois Sérvia, foi desrespeitada. Alegaram direitos de defesa humanitário do povo kosovar — não se discute se esses direitos estavam ou não corretos; definiram que a intervenção seria feita respeitando a soberania iugoslava, e depois sérvia, na área, e hoje em dia o que se vê é que tudo isso foi esquecido, e a nação kosovar está se transformando em um Estado. Interesse de quem? Dos países hegemônicos.

É importantíssimo que se diga: a manutenção do domínio do ciclo de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos e controle dos seus mecanismos de difusão. Quer dizer, num mundo, num século em que a ciência e a tecnologia assumem uma função cada vez maior, enfatizada aqui por nossos antecessores nas palestras, há sempre tentativas de se bloquear o acesso ou a difusão desses conhecimentos.

No que se refere à questão da legislação, há sempre uma legislação favorável à globalização das atividades financeiras e econômicas; o estabelecimento está sendo uma novidade também — quer dizer, começa a haver uma preocupação



constante com o estabelecimento de padrões aceitáveis de segurança ambiental — e, finalmente, também uma preocupação dentro desse contexto para critérios de utilização de recursos naturais, com ênfase especial em biodiversidade, água e combustíveis fósseis. Então, esse é o panorama, é o contexto da agenda internacional.

Qual é a realidade? O que está acontecendo no mundo na nossa década? Primeiro, com a crise econômica que começa no início da década e acaba explodindo em 2007 e 2008, agora, na atual década, estamos vendo uma queda do ritmo de crescimento econômico, tanto nos países centrais — está aí no jornal o dia a dia da vida nos países centrais — como nos países emergentes, inclusive a China que começa a ter decolagens suaves — espera-se — em suas taxas de crescimento. Essa crise, ao contrário do que aconteceu na década de 90, traz as sementes do reforço do poder do Estado e o aumento do grau de regulação e controle desses mercados econômicos e financeiros. Passa também a ter uma intensa disputa por mercados, com a utilização muitas vezes — e também estamos vendo nos jornais todos os dias — de recursos econômicos desleais, como manipulação cambial e práticas monetárias inadequadas.

Do ponto de vista geopolítico, nós temos o deslocamento estratégico para o eixo do Pacífico. Aí, não há novidade. Uma década também em que a estabilidade vai ser permanente no Oriente Médio. Aí, com uma observação: a história vai vencer. Nós vamos assistir, nessa região do Oriente Médio, a uma valorização, a uma crescente valorização da importância estratégica dos países que já tiveram uma grande base histórica na região. Quando digo isso, estou dizendo que Turquia, Egito e Irã, que vêm de impérios bastante antigos, terão uma importância relativa crescente nessa região, e países que foram artificialmente criados pelo imperialismo anglo-francês, após a Primeira Guerra Mundial, tipo Jordânia, Síria, Iraque, Líbano, terão sérios problemas até para continuarem existindo. Nós estamos vendo as bases de um processo de desorganização, por exemplo, na Síria. Isso mais tarde poderá passar para a Jordânia.

E não se iludam também que tenhamos uma reviravolta histórica muito grande, porque se vai precisar de algo que estabilize essa região. E os Estados Unidos, talvez, para estabilizar essa região façam um acordo com o Irã, em que garantem a liberdade de transporte de petróleo, através do Estreito de Ormuz. Não é



sonho. Se nós olharmos a história recente, Hitler e Stalin fizeram um acordo para invadir a Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial. Depois, Roosevelt se une a Stalin, para combater a Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Mais recentemente, num joguinho de pingue-pongue, Estados Unidos e China — o que era impensável na década de 70 — unem-se para enfrentar a União Soviética. Então, não se surpreendam se nesta atual década, na medida em que caminhemos para o final da década, seja encontrada uma solução de acomodação no Oriente Médio.

A consolidação dos novos blocos de países, no âmbito global e regional. No nosso caso, interessa especificamente a UNASUL, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e, dentro dos BRICS, essa união Índia, Brasil e África do Sul, que são países que têm interesses estratégicos muito parecidos.

Valorização crescente de áreas que possuem grandes recursos naturais. É outra característica da década. A importância crescente também da exploração de espaços comuns, oceanos, regiões polares, espaço aéreo, espacial, espaço cibernético. Isso cada vez mais também passa a ter um valor.

O desenvolvimento de novas tecnologias é importantíssimo e está passando despercebido. Nós estamos tendo um desenvolvimento de novas tecnologias energéticas, de descentralização de fontes de abastecimento de energia e nós vamos ter uma virada muito grande na estratégia mundial por causa disso. O grau de dependência dos Estados Unidos de fontes externas de energia vai diminuir, ou porque vai ter acesso a novas tecnologias, ou porque começa a ter acesso mais fácil a combustíveis fósseis. E vai diminuir. E a possibilidade de ele resolver seus problemas dentro do próprio continente americano vai se tornar cada vez maior. Eu dou o exemplo desse gás de fracionamento, que é a nova realidade no âmbito energético.

Vou dar dois exemplos: o primeiro é o gás de fracionamento, o gás de xisto, que os Estados Unidos estão começando a explorar, e, dentro do continente americano, têm reservas abundantes o Canadá, os Estados Unidos, o México, a Venezuela, o Brasil e a Argentina. Isso dá uma segurança energética continental imensa. O outro exemplo é a diminuição de custos de fontes alternativas de energia. Quando o Brasil começou a fazer o PROINFA, há cerca de 10 anos, o preço da energia eólica era um e caiu 3 vezes, durante 10 anos de PROINFA, mais ou



menos. E, possivelmente, vai acontecer o mesmo nos próximos 10 anos com a energia solar. Então, vai haver uma descentralização de acesso de fontes de energia, e isso vai diminuir o grau de dependência energética dos Estados Unidos de fonte externa.

Bom, essas duas também são importantíssimas. A importância crescente de atores não governamentais, muitas vezes utilizados como biombos para promover causas das nações hegemônicas. No Brasil estamos com esse problema, e isso já foi citado aqui várias vezes. Eu não vou citar o exemplo brasileiro, porque o problema aqui é com a causa indígena e ambiental, e sempre vêm as ONGs, que têm uma posição muito ativa nisso, mas eu vou citar um exemplo do outro lado do mundo, o exemplo da Rússia. Para desestabilizar o Governo Putin, na Rússia, as ONGs são sempre favoráveis à plena democracia. Chegou a um ponto que, no início do ano, o Putin proibiu o funcionamento dessas ONGs na Rússia.

E nessa última característica, nós também estamos vendo uma mudança muito grande. Ela começa de certa forma imperceptível, mas vemos uma mudança muito grande na questão bélica. Isso tudo está sendo terceirizado. Então, o mundo passa a ter, a partir da Revolução Francesa, lá com Napoleão, um padrão em que entre força armada e sociedade havia uma simbiose muito grande.

O que começou a acontecer nos últimos 50 anos? Os Estados Unidos perdem a Guerra do Vietnã, mas a perdem dentro de casa. Eles perceberam que perderam a Guerra do Vietnã quando perderam o apoio dos mais velhos, com a resistência da juventude americana na década de 70 contra a convocação. Quando eles perderam o apoio da sociedade americana, perderam a Guerra do Vietnã. E, a partir daí, começaram a mudar, a princípio, timidamente, mas depois mais efetivamente, o relacionamento de força armada com a sociedade de duas formas: primeira, o afastamento da imprensa da realidade dos campos de batalha. Por exemplo, hoje, com os recursos que a imprensa tem, que hoje são muito maiores do que na época da Guerra do Vietnã, não vemos a imprensa atuando no Afeganistão, como a imprensa americana atuou no Vietnã. Não se vê mais. A imprensa é controlada, as informações são controladas, o que é passado para o público americano — a imprensa tem esse papel — é filtrado pelos militares, cada vez mais.

E a segunda característica é a utilização de mercenários, chegando a um ponto que, se quiser, você vai para os Estados Unidos, alista-se no exército



americano, passa 2 anos no Afeganistão e, se conseguir voltar vivo, você vira cidadão americano. Qual é sua relação com a sociedade americana? Nenhuma. E, na medida em que se quebra esse vínculo, fica mais fácil para esses países fazerem a intervenção em regiões periféricas, sem terem, por trás da intervenção, aquela consciência crítica da sociedade. Passa a ser um assunto muito especializado, um assunto que não afeta o dia a dia do cidadão comum.

Então, voltando à nossa lei, ao nosso Livro Branco, são três pressupostos básicos — eu já comentei isso. E nós temos que saber se, dentro desses três pressupostos, nós temos condição de responder às principais ameaças que temos e que foram também amplamente discutidas aqui hoje.

Só para citar, rapidamente: operação aeronaval, não precisa ser operação de grande porte. Há uma grande flexibilidade para se fazer essa operação. Vamos pensar em fazer um arco isolando toda a área portuária brasileira entre Vitória e Paranaguá. Isso arrebenta a economia brasileira em 3 ou 4 meses, não precisa mais do que isso. Não precisa dar um tiro, basta cercar.

Vamos pensar num arco ao contrário, fazendo com que a produção de petróleo dos campos do pré-sal seja direcionada para fora do País. Serão custos imensos para a sociedade brasileira. Para esse tipo de intervenção nós não temos condição de resposta na próxima década. Pelo menos até 2020, para qualquer tipo de intervenção nesse sentido, o Brasil não tem condições de resposta.

O segundo tipo de intervenção seria em áreas seletivas. Nunca mais haveria uma intervenção generalizada na Amazônia, mas em áreas seletivas, em partes seletivas da Amazônia. O Brasil teria capacidade de resposta? Teria, mas com imensas dificuldades e com um custo, para a sociedade, muito elevado.

E o terceiro, que é importante, é a guerra cibernética. Dois exemplos recentes: Estônia, que dizem que foram os russos; e o programa nuclear americano (dizem que foram os americanos junto com os israelenses que interferiram nas centrífugas iranianas).

Quanto a esse tipo de problema, se tivermos um planejamento bem sucedido, nós podemos ser eficientes e, principalmente, nos próximos 10 anos — é a questão da ferroada do escorpião, da qual o Prof. Francisco falou na primeira palestra —, ter capacidade de resposta. O único lugar em que nós poderemos ter capacidade de resposta é na área cibernética, depende do que for feito com planejamento.



Conclusão: dificilmente, nós teremos ameaças na atual década. Mas a atual década engendra uma situação mundial que traz, para as duas próximas décadas, um contexto de crescentes ameaças estratégicas para o Brasil. E nós temos que estar preparados.

O que precisamos fazer? Também foi dito aqui hoje o que precisamos fazer, e eu vou resumir em três coisas, que também já foram amplamente discutidas: primeira, tem que haver recursos para o setor — o professor falou disso muito bem. Eu só não acredito, professor, que cheguemos a 2,5% do PIB rapidamente. Nós estamos em 1,5% do PIB e, se conseguirmos chegar, em 2 anos, a 2% do PIB para o setor, que é o que a China tem hoje, já está muito bom.

A segunda é a questão da base industrial de defesa, que também já foi amplamente discutida aqui hoje. Com relação à base industrial de defesa, eu só gostaria de fazer um adendo, um acréscimo. Nós estamos praticamente reconstruindo esse setor, mas já estamos assistindo a um grande problema. Eu não vou citar aqui nomes, porque não é o caso, mas já começa a haver compra de empresas reconstruídas da base industrial de defesa por grupos internacionais. Isso nós não podemos permitir. Já começa a haver, por incrível que pareça, um processo de desnacionalização dessas novas indústrias da base industrial de defesa. É preciso que o Congresso Nacional — porque o que sustenta a indústria de defesa é dinheiro do País — faça uma lei e impeça esse tipo de aquisição.

E, finalmente, é preciso lembrar que só se tem Força Armada eficiente quando ela é formada por cidadãos conscientes e preparados. E na base de tudo isso está o povo brasileiro. Por isso, é preciso fazer um esforço em favor da educação e do bem-estar desse povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Sr. Luiz Cezar Azeredo, representante do IPEA.

Dado o avançado da hora, eu queria perguntar ao Plenário se nós podemos abrir mão do debate desta Mesa, já que haverão mais Mesas. Às 14h30min, retornaremos — o Deputado Carlos Zarattini vai ser o coordenador. Estarão presentes o Presidente eleito da ABIMDE, o Sr. Sami Youssef Hassuani, da AVIBRAS, que vai fazer sua exposição sobre a indústria de defesa; o Sr. William de Sousa Moreira, professor da Escola de Guerra Naval, e o Sr. Jairo Cândido,



representante da FIESP. Em seguida, haverá mais uma Mesa. Eu pergunto ao Plenário, portanto, se podemos abrir mão do debate e retornar às 14h30min. *(Pausa.)*

Então, muito obrigada aos colegas da Mesa. Só pedimos que fiquem por 1 minuto, para tirarmos a foto. Muito obrigada. Vamos retomar os trabalhos, às 14h30min, com mais dois painéis e com a homenagem que nós queremos fazer, porque vamos receber aqui a primeira oficial-general da Marinha do Brasil. Às 15h30min, ela deve estar aqui.

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*